

ATA DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 02-8-2021.

Aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Bruna Rodrigues, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Karen Santos, Matheus Gomes, Mauro Zacher e Mônica Leal. À MESA, foram encaminhados: os Projetos de Lei do Legislativo nºs 271, 272, 278 e 290/21 (Processos nºs 0663, 0664, 0673 e 0712/21, respectivamente), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 279/21 (Processo nº 0675/21), de autoria de Alexandre Bobadra; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 016/21 (Processo nº 0393/21), de autoria de Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Karen Santos, Reginete Bispo, Roberto Robaina, Aldacir Oliboni e Leonel Radde; o Projeto de Resolução nº 021/20 (Processo nº 0293/20), de autoria de Cláudia Araújo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 168/21 (Processo nº 0438/21), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Resolução nº 036/21 (Processo nº 0684/21), de autoria de Comandante Nádia; o Projeto de Resolução nº 037/21 (Processo nº 0704/21), de autoria de Daiana Santos; o Projeto de Lei do Legislativo nº 064/21 (Processo nº 0213/21), de autoria de Jonas Reis; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 114 e 166/20, 169, 182 e 185/21 (Processos nºs 0292 e 0395/20, 0445, 0478 e 0488/21, respectivamente), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 147/21 (Processo nº 0379/21), de autoria de Gilson Padeiro; o Projeto de Lei do Legislativo nº 174/21 (Processo nº 0459/21), de autoria de Giovane Byl; o Projeto de Lei do Legislativo nº 292/21 (Processo nº 0714/21), de autoria de Hamilton Sossmeier; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 059, 067 e 080/21 (Processos nºs 0194, 0220 e 0245/21, respectivamente), de autoria de Laura Sito; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 155, 178, 197 e 205/21 (Processos nºs 0399, 0472, 0514 e 0538/21, respectivamente), de autoria de Leonel Radde; o Projeto de Resolução nº 026/21 (Processo nº 0554/21), de autoria de Lourdes Sprenger; o Projeto de Lei do Legislativo nº 291/21 (Processo nº 0713/21), de autoria de Moisés Barboza; o Projeto de Lei do Legislativo nº 273/21 (Processo nº 0665/21), de autoria de Mônica Leal. Também, foi apregoado o Ofício nº 1325/21, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/21 (Processo nº 0717/21). Ainda, foram apregoados requerimentos de autoria de Aldacir Oliboni e Comandante Nádia, deferidos pelo Presidente, solicitando o desarquivamento, respectivamente, dos Projetos de Lei do

Legislativo nºs 172/19 e 158/20 (Processos nºs 0380/19 e 0382/20, respectivamente). A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Iracema Gãh Té Nascimento, da comunidade indígena caingangue Mrur Tay, que se pronunciou acerca da situação do povo caingangue em Porto Alegre. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Aldacir Oliboni, Karen Santos, Matheus Gomes e Daiana Santos manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta minutos às quatorze horas e cinquenta e um minutos. Após, por solicitação de Márcio Bins Ely, Jonas Reis e Pedro Ruas, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a José Ribeiro, a Glênio Dubal e a Armando Gass. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Matheus Gomes. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Laura Sito, Pedro Ruas e Karen Santos. Na oportunidade, foi aprovado requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Daiana Santos, Cassiá Carpes, Leonel Radde e Roberto Robaina. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Airto Ferronato. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 040, 152, 183, 195, 214, 221, 222, 224, 225, 226, 230, 232, 239, 243, 244, 246, 251 e 254/21, os Projetos de Lei do Executivo nºs 010, 011 e 017/21, este discutido por Pedro Ruas e Karen Santos, e os Projetos de Resolução nºs 030 e 033/21. Também, Claudio Janta pronunciou-se durante o período de Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Claudio Janta, Alexandre Bobadra, Daiana Santos e Lourdes Sprenger. Às dezesseis horas e trinta e sete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em votação, foi aprovado o Requerimento nº 198/21 (Processo nº 0681/21), após ser encaminhado à votação por Cassiá Carpes, Roberto Robaina e Jonas Reis. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em votação, foi aprovado o Requerimento nº 172/21 (Processo nº 0521/21). Foi aprovado requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em votação, foi aprovado o Requerimento nº 188/21 (Processo nº 0622/21). Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 005/21 (Processo nº 0339/21), após ser discutido por Laura Sito, Karen Santos e Aldacir Oliboni. Na ocasião, foram apregoadas a Emenda nº 01 e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, assinadas por Felipe Camozzato e Mari Pimentel, ao Projeto de Lei do Executivo nº 005/21, e foram aprovados requerimentos de autoria de Felipe Camozzato, solicitando que essas emenda e subemenda fossem dispensadas do envio à apreciação de comissões permanentes. Também, foram apregoadas as Emendas nºs 02 e 03, assinadas por Aldacir Oliboni, ao Projeto de Lei do Executivo nº 005/21, foi aprovado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni solicitando que essas emendas fossem dispensadas do envio à apreciação de comissões permanentes, e foi apregoado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essas emendas. Ainda, foram apregoadas as Emendas nºs 04 e 05, assinadas por Matheus Gomes e Roberto Robaina, ao Projeto de Lei do Executivo nº

005/21, e foi aprovado requerimento de autoria de Matheus Gomes, solicitando que essas emendas fossem dispensadas do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 005/21, por ONZE VOTOS SIM e DEZOITO VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 005/21, por VINTE E CINCO VOTOS SIM e NOVE VOTOS NÃO, após ser encaminhada à votação por Laura Sito, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Daiana Santos, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Pablo Melo e Ramiro Rosário. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em prosseguimento, Pedro Ruas, Jonas Reis, Idenir Cecchim, Daiana Santos e Comandante Nádia encaminharam o Projeto de Lei do Executivo nº 005/21 à votação. Foram votadas conjuntamente e aprovadas a Emenda nº 01 e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 005/21, por TRINTA E CINCO VOTOS SIM, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Foi rejeitada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 005/21, por QUATORZE VOTOS SIM e DEZENOVE VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Claudio Janta, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino. Foi rejeitada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 005/21, por ONZE VOTOS SIM e VINTE VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir

Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo e Ramiro Rosário. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 005/21. A seguir, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/21 (Processo nº 0405/21). Também, foi apregoado o Projeto de Lei do Legislativo nº 282/21 (Processo nº 0685/21), de autoria de Márcio Bins Ely. Em discussão geral e votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/21 (Processo nº 0405/21), o qual, após ser discutido por Aldacir Oliboni, Pedro Ruas, Leonel Radde, Laura Sito, Mauro Pinheiro, Daiana Santos, Moisés Barboza e Jonas Reis, teve sua discussão suspensa, em face do encerramento dos trabalhos da presente sessão. Às dezoito horas e quarenta e oito minutos, esgotado o prazo regimental da sessão, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely, Claudio Janta e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e sete Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras presentes.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum.

Vereador Leonel Radde (PT): Sr. Presidente, solicito que seja liberada a entrada dos artistas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Hoje, nós temos a Tribuna Popular da Comunidade Indígena caingang, vamos autorizar a entrada dos indígenas, são quatro pessoas; podemos também autorizar uma comissão dos artistas, cinco pessoas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito que o diretor legislativo proceda à leitura das proposições.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Mrur Tay, comunidade indígena caingangue, que tratará de assunto relativo à situação do povo caingangue em Porto Alegre. A Sra. Iracema Gãh Té Nascimento, representando a comunidade indígena caingangue, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SRA. IRACEMA GÃH TÉ NASCIMENTO: Boa tarde, amigos e amigas, pela primeira vez estou aqui para falar sobre meu povo, e nesta Casa, da qual muitos falam que é a nossa casa também. Pois é, eu trouxe a demanda da minha comunidade caingangue, povo indígena, vamos ver se me apoiam, não só a mim, mas a comunidade. A nossa ida na marcha de mulheres em Brasília para defender nosso direito, serão mulheres de todos os povos indígenas. O nosso direito sempre está sendo violado. Nesses dias, botaram o PL nº 490, que é contra nós, povos indígenas. O PL nº 490 tira o nosso direito, já não temos quase nada. Como irão ficar os meus futuros netos? Eu acredito muito na Constituição Federal, e essa é a violação que estão fazendo conosco e com a mãe natureza. Por isso, eu vim pedir esse apoio para nossa marcha de mulheres. Eu fico emocionada, desculpem, mas é doído por esta avó que sente isso na pele. Esta é a primeira demanda: o apoio, a ajuda.

A segunda demanda – a gente sabe que o Estado é cheio de culturas, e a nossa cultura indígena é muito pouco apresentada, na capital, na cidade. A demanda da comunidade é receber o apoio para termos uma casa para fazermos a nossa atividade dentro, que tenha um espaço para um laboratório, onde possamos mostrar nossa medicina natural para os povos brasileiros para aprender conosco. Durante essa pandemia, o que nos salvou? Em primeiro lugar, o Tupã, que para nós é Deus, talvez vocês chamem de Deus, mas para nós é Tupã, que deixou a terra para nós usarmos. Essa casa seria para isto: formar jovens, formar enfermeiras que estão se formando na faculdade também, botando junto a medicina da pesquisa e a natural. Então são duas buscas, e a luta contra esse PL, meus amigos. Eu acredito na justiça ainda e na Constituição Federal. Vamos parar com isso, de tirar o direito do povo brasileiro, perante Deus somos irmãos. Agradeço também a oportunidade de estar nesta Casa, que seria o direito de um candidato indígena estar aqui dentro como vereador, mas não. Eu sou liderança da comunidade, mas eu trago isso de coração, a gente trabalha de coração com a comunidade, jamais a gente vai ofender.

Então é isso, meus amigos e amigas, em vez de tirar o nosso direito, prove, vamos juntos caminhar na defesa da mãe terra, do mato e do rio. Nossos olhos d'água estão terminando, e quando for amanhã a poluição vai tomar conta, onde vamos tomar água? Se a água terminar, as garrafinhas que têm água terminam também, e onde vai estar a vida? Porque é a água que nos dá vida, são os matos verdes de verdade e as árvores que dão oxigênio. E é isso que eu vim compartilhar com vocês, como avó, pessoa e liderança do povo caingangue e do povo indígena em geral, guarani, xokleng.

kaiowa, que estão lá para cima, e charrua. É isso que eu vim compartilhar com vocês, ver minha filha, minha neta minha amiga Ana Luiza. Também façam as perguntas, eu gosto de escutar.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, eu convido a senhora a sentar aqui comigo, por gentileza, porque agora as bancadas vão se manifestar.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saudações ao nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, e a Sra. Iracema, seja bem-vinda. Essa questão do marco temporal, projeto de lei que tramita no Congresso Nacional – a bancada do PT é radicalmente contra –, lamentavelmente retira os direitos dos povos indígenas e não é somente dos caingangues. Por isso, nobre Presidente, é importante que a Casa se manifeste acerca do tema, uma vez que nós temos aqui, em Porto Alegre, várias composições de áreas indígenas nosso Município, e está aqui uma senhora que representa todo o seu povo, no sentido de poder se indignar e ser contra a esse projeto de lei que tramita no Congresso Nacional por iniciativa do governo federal. Então, creio que uma moção, algo nesse sentido possa sair da Câmara Municipal, com cópia ao Congresso Nacional, se posicionando contrariamente a essa iniciativa. Seja bem-vinda, estamos sempre à disposição. Foi muito bom a senhora estar aqui, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Quero fazer a minha saudação ao povo caingangue. No sábado, estivemos reunidos na Aldeia Van-Ká, no encontro da V Assembleia dos Povos, junto com os parentes caingangues, os charruas, os guaranis, e foi um momento bem importante porque estavam presentes também as lideranças quilombolas, Quilombo dos Machados, Quilombo dos Silvas, Quilombo dos Flores, Quilombo da Comunidade da Vila Mapa, justamente para pensar uma agenda de lutas no marco do Município de Porto Alegre, Região Metropolitana, para pensar os ataques, que corresponde ao ataque 490, ao ataque marco temporal, que vão ter impacto objetivo aqui na nossa resistência, a começar pelas torres do Inter, que vai ser construído um megaempreendimento na frente do Quilombo da Comunidade Lemos, e está previsto na Convenção nº 169 da OIT a consulta aos povos e essa consulta até agora não foi feita. Então são megaempreendimentos que começam aqui no início da orla e vão até a Ponta do Arado, impactando a família do Cacique Timóteo, Guarani

Mbya, e que nos deixam em estado de alerta. Então é fundamental a gente usar esses espaços institucionais para denunciar o que vem acontecendo com os povos originários deste Brasil, em especial aqui, na cidade de Porto Alegre, que tem onze retomadas indígenas, nove quilombos urbanos em processo de demarcação e titulação e que hoje estão sendo desconsideradas as discussões que envolvem a lógica da cidade, a expansão da cidade, os marcos de desenvolvimento e progresso, que acabam poluindo rios, desmatando a natureza, oprimindo ainda mais aqueles e aquelas que são os verdadeiros donos desses territórios. Então, toda a nossa solidariedade. Vamos seguir impulsionando que os encaminhamentos da V Assembleia dos Povos se façam presentes nas lutas e também se façam presentes aqui dentro do Parlamento de Porto Alegre. Minha saudação, Iracema, estamos juntas.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Muito obrigado, Presidente Márcio, agradeço também a gentileza do nosso líder, Ver. Roberto Robaina, e quero cumprimentar a Iracema. No ano que vem, Porto Alegre está prestes a comemorar os seus 250 anos, e a presença de onze retomadas indígenas aqui, em Porto Alegre, da comunidade caingangue, nos mostra que, na verdade, essa história começou muito antes e precisa ser valorizada. Quero chamar a atenção da Câmara de Vereadores sobre uma proposição que tu fizeste, Iracema, que é a destinação de um espaço para a comunidade indígena poder ter a sua referência cultural e também a sua sobrevivência econômica. Porto Alegre tem, a Prefeitura da nossa cidade tem dito muito isto: uma série de espaços livres hoje que estão sendo negociados com a iniciativa privada, com diferentes entes públicos. E a comunidade indígena tem todo direito, na nossa opinião, de ter também um centro de referência. Eu creio que essa bandeira precisa ser trazida aqui e para o poder público municipal com muita força. Também é importante a gente refletir, neste momento, para garantia de direitos às comunidades indígenas. Nós temos a situação, por exemplo, da Fazenda do Arado, quando, alguns meses atrás, foi feito um pedido de providência para o abastecimento de água da comunidade lá presente, e a Prefeitura, na semana passada, nos respondeu esse pedido de providências dizendo que não podia fazer nada. Como não pode fazer nada para garantir o acesso à água? Essas são situações também – não é, Iracema? –, que vocês nos colocaram a parte da vivência da comunidade caingangue na Zona Leste de Porto Alegre. Então, são temas que o poder público não pode se eximir de fazer, a garantia de direitos neste momento tão difícil que estamos vivendo de pandemia, acesso básico à água, alimentação e garantia de direitos sociais para as comunidades indígenas. Vamos seguir juntos, é muito importante que vocês venham até aqui trazer essas demandas no apoio à marcha também. Tive a oportunidade, há pouco mais de um mês, de estar em Brasília, no acampamento dos povos indígenas, e essa resistência é muito importante contra as medidas que o governo

federal está tomando e, no que depender da bancada do PSOL, podem contar com o nosso apoio e solidariedade sempre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, Presidente; boa tarde Iracema; em teu nome, saúdo todas as mulheres indígenas, toda a comunidade que tem se colocado tão fortemente aguerrida nesse período tão duro. Venho aqui fazer essa manifestação, em nome da bancada do PCdoB, e aproveito para colocar duas coisas bem específicas: primeiro, que nós nos somamos por completo à Marcha das Mulheres, contem conosco para aquilo que vocês precisarem; segundo e não menos importante, o que tu trazés além do marco temporal, que é criminoso e que vem sendo apoiado pela bancada ruralista e que se coloca com essa forma tão perversa diante de nós. E, quando digo nós, falo também dos negros e negras porque é um ataque aos povos originários, é um ataque àqueles que já sofreram tanto, foram escravizados e com sangue pagam essa conta que não é nossa, Iracema, desde sempre. Então, quero te falar também que, quando tu trazés dessa relação do cuidado com as águas, quando tu falas dessa relação direta do tempo como parte fundamental para a estrutura da nossa sociedade, tu estás falando de um evento que está acontecendo neste exato momento, que é o aquecimento global, desse evento climático que está definitivamente alterando a qualidade de vida da nossa população, só que o capitalismo não permite que se olhe isso com a responsabilidade suficiente, e tu, com a sabedoria ancestral, vem nesse espaço e nos relembra da necessidade desse cuidado. Quero te agradecer muito por isso porque é essencial que nós saibamos que o cuidado com as águas, o cuidado com a mãe Terra é o que definitivamente vai permitir a nossa existência nesse espaço, nesse plano. Muitíssimo obrigada por estares aqui. Mais uma vez ressalto, a bancada do PCdoB está a tua disposição, à disposição dos povos originários porque nós acreditamos nessa construção, que é mais do que necessário o enfrentamento contra aqueles que matam para ocupar as terras e que não respeitam em definitivo, em momento algum, a existência daqueles que construíram desde sempre esse espaço. Muitíssimo obrigada. Um enorme abraço a todos vocês.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agradecemos a presença da Sra. Iracema Gãh Té Nascimento, representando a comunidade indígena caingangues, que veio conversar conosco a respeito da situação do povo caingangues em Porto Alegre. Muito obrigado.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h50min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 14h51min: Estão reabertos os trabalhos.

Solicito um minuto de silêncio em homenagem a José Ribeiro, marido da ex-servidora desta Casa, Eliane Ribeiro.

VEREADOR JONAS REIS (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do guarda municipal Glênio Dubal.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Armando Gass, Presidente do Instituto do Câncer Infantil. É lamentável, uma pessoa de um trabalho extraordinário. Agradeço a V. Exa.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Quero aproveitar a oportunidade para agradecer à nossa equipe da Escola do Legislativo Julieta Battistioli e à equipe da Mimeografia que atualizaram a edição do nosso Regimento Interno e do Código de Ética Parlamentar. Os vereadores que, porventura, ainda não tenham recebido o material, a nossa Diretoria Legislativa está fazendo a entrega deste. Para facilitar o acompanhamento em plenário, o material foi feito em tamanho reduzido.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Matheus Gomes está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde, Presidente Márcio; quero cumprimentar a todos, nosso retorno de trabalho no segundo semestre, temos muitas pautas importantes para serem trabalhadas aqui na Câmara de Vereadores, a começar pelas demandas de trabalhadores da cultura que hoje estão presentes no plenário. Nós discutimos, no final dos trabalhos do primeiro semestre, um tema muito importante que é o PL Malu Viana, que trata do auxílio emergencial para a cultura na cidade de Porto Alegre. Como todos nós sabemos, a cultura é um setor extremamente afetado pela pandemia, este momento que a gente vive, digo isso com a felicidade de hoje ter tomado a minha primeira dose de vacina, é um momento que exige responsabilidade para a gente pensar um retorno de maneira segura, e a cultura, neste contexto, é extremamente afetada, por isso a aprovação do PL Malu Viana. A construção de uma política de auxílio emergencial para os trabalhadores da cultura é

estratégica, mas hoje há outra demanda também colocada aqui na discussão que é a garantia da Mostra de Artes Cênicas e Música do Teatro Glênio Peres. É importantíssimo que os vereadores desta Casa se posicionem pelo fortalecimento da cultura, especialmente do setor do teatro que está mobilizado neste momento e merece todo o nosso respeito. Quero começar tratando deste tema e cumprimentando mais uma vez a Iracema, a comunidade caingangues que trouxe hoje aqui no plenário as pautas dos povos originários que são parte constituinte da cultura da cidade de Porto Alegre. Dito isso, gostaria de cumprimentar também nosso líder da oposição, Ver. Pedro Ruas, presente no plenário. Muito bom te ter aqui para conduzir também junto conosco os trabalhos, os enfrentamentos, a representação das pautas que a gente vem trabalhando desde o início do ano. Sempre bom estar ao teu lado, Vereador. Quero tratar nesses minutos de Grande Expediente, primeiramente, de uma questão que é muito importante na minha trajetória e para os movimentos sociais da cidade de Porto Alegre também. Agora, no último mês de junho, nós tivemos o desfecho de um processo de criminalização dos movimentos sociais aqui na nossa cidade, que começou em abril de 2013, oito anos de tentativa de criminalizar militantes da luta social que denunciaram a gestão criminoso do transporte público de Porto Alegre, dentre os quais, eu estava incluído. Como vocês sabem, em 2013, nós tivemos grandes mobilizações que começaram aqui na nossa cidade, e a tentativa organizada de setores da imprensa, da Polícia Civil foi de transformar agentes políticos dessa pauta tão importante em criminosos. Essa foi a acusação que caiu sobre nós naquele contexto, transformar os militantes do Bloco de Lutas pelo transporte público em organizadores de milícias armadas. Fiz questão de trazer as matérias da imprensa (Exibe documentos.) daquela época que apresentavam os movimentos sociais como formadores de milícias. Outras matérias que olhavam para os inquiridos se apoiavam em opiniões de políticos conservadores e diziam aos quatro cantos que radicais teriam aliciado criminosos para os protestos de 2013, que organizações de esquerda em conluio com organizações criminosas e do tráfico de drogas teriam sido responsáveis por saques, roubos, depredações, uma narrativa que visava cortar o ímpeto progressivo daquelas manifestações que exigiam mais direitos sociais, mais liberdade democrática, que se realizavam num contexto de enfrentamento direto com o princípio do autoritarismo que estava expresso no Congresso Nacional em figuras como Marco Feliciano, figuras que estavam ali tentando calar a voz da luta do movimento negro, da mulheres, do movimento LGBTQIA+, a tentativa de isolar esse ímpeto das mobilizações transformou num processo de criminalização, foi isso que aconteceu. As investigações que aconteceram naquele contexto atingiram diretamente jovens como eu que tiveram sua vida devassada, sigilo bancário quebrado, casa invadida pela Polícia, bens recolhidos, anos de investigação que não levaram a lugar nenhum. Em momento algum foi comprovado, durante esses oito anos, qualquer envolvimento dos militantes do Bloco de Luta nas ações que foram colocadas sobre nós. O que ficou nítido nesse período foi esse ímpeto de repressão que veio junto com várias legislações aprovadas naquele contexto que, como vocês bem sabem, foi o contexto da realização de megaeventos no Brasil que trouxeram muita desigualdade, desrespeito aos direitos humanos e legislações

repressivas, algumas delas, lamentavelmente, assinadas pela então presidente Dilma, como a lei de organização criminosa, que foi usada no nosso processo; a lei antiterrorista, aprovada posteriormente, em 2016, questões que infelizmente aprofundaram o caráter autoritário do Estado Brasileiro, mas agora a verdade apareceu no mês de junho, e nós fomos absolvidos e isso não representa uma vitória, apenas para nós seis, militantes do Bloco de Luta, mas para todos os movimentos sociais e para a classe trabalhadora de Porto Alegre e do Brasil. Porque infelizmente a repressão aos movimentos sociais continua e, neste momento, nós temos um preso político de expressão nacional, na cidade de São Paulo, que é o Paulo Galo, líder do Movimento dos entregadores antifascistas, uma categoria importantíssima, em meio à pandemia, que teve seus direitos desrespeitados, que foi atacado e hoje está preso, desde a semana passada, sem justificativa alguma. Uma decisão que foi publicada ontem, pela justiça de São Paulo, disse que ele está preso porque não quis delatar os companheiros de organização. Isso tem nome, quando se prende alguém para extrair uma informação, é tortura, é isso que está acontecendo, desrespeito às liberdades democráticas, enquanto os criminosos responsáveis pela queima da Cinemateca estão livres, leves e soltos. Essa é a situação que está ocorrendo neste momento e eu quero, aqui dessa tribuna, expressar a minha solidariedade porque eu sei que também é a solidariedade da bancada do PSOL e da oposição ao Paulo Galo. Importantíssimo esse posicionamento nesse momento em defesa das liberdades democráticas em todo o Brasil. Outra questão importante de ser comentada é que nós estamos numa conjuntura de enfrentamento muito importante, porque crescem, a cada dia, manifestações de conteúdo golpista por parte do Presidente Jair Bolsonaro. Desde maio nós tivemos mais de cem manifestações do Presidente colocando em xeque o processo eleitoral no Brasil, mais de cem declarações. E esta Casa aqui deveria se preocupar com isso, deveria se preocupar. Nós fomos vereadores eleitos pelo voto popular e eu não vi nenhuma manifestação aqui na cidade de Porto Alegre pedindo auditoria dos votos, questionando isso. O que está por trás dessa situação é todo um contexto de autoritarismo que se verifica também nas declarações do Ministro Braga Neto, que ameaça o processo eleitoral de 2022, que se verifica na tentativa de construir mobilizações que, em tese, falam de voto impresso, mas que dentro desse contexto, como nós verificamos aqui em Porto Alegre, tem lá pedido de intervenção militar, pedido de restrição à liberdade de partidos políticos. É isso que está acontecendo e é extremamente preocupante as forças democráticas, as representações políticas desta Câmara de Vereadores devem se manifestar, porque o que o Brasil construiu, ao longo das últimas três décadas, foi um sistema democrático que reflete uma das contradições do nosso país. Nós temos produção de tecnologia no Brasil, temos nas universidades, temos produção de tecnologia de ponta em vários aspectos. Tem gente que não acredita nisso e põe em xeque o sistema eleitoral.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Valeu, Vereador Matheus, agradeço pelas suas palavras em relação a este vereador e também registro a importância, o significado dessa manifestação final de V. Exa. Veja bem que todos nós, todos no Brasil, que temos mandatos, vereadores,

deputados estaduais e federais, senadores, governadores, o Presidente da República, todos foram eleitos pelo menos sistema. Então não haveria legitimidade para nenhum de nós. É importante o registro que V. Exa. faz na tribuna, porque é um absurdo o que pretendem fazer que, na verdade, é um golpe, buscar o voto de papel para ser controlado em várias áreas periféricas do Brasil por milicianos que sabem os votos que têm que aparecer ali na urna. Então nós sabemos quem está por trás. Aliás, eu quero registrar o vice-presidente da República, o homem de direita e extrema-direita, o General Mourão também não participa dessa ideia do golpista Bolsonaro. Parabéns pelo pronunciamento do Vereador Matheus Gomes.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Obrigado.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador. Obrigada, Vereador Matheus, eu quero ressaltar aqui a importância da tua fala referente a esse acentuar da desigualdade. Essa direita que se diz tão conservadora cuida mais das estátuas do que das pessoas, não se mobiliza quando vê o povo na rua passando fome, não se mobiliza ao ver milhões de brasileiros dentro desse mapa da fome, se promove em cima dessa desgraça, dessa miséria humana, não valoriza a cultura, não valoriza a educação, não valoriza em definitivo aquilo que pode estar movendo essas estruturas. Eu fico muito feliz ao te ouvir, porque esses que estão cuidando das estátuas não se movem quando veem as pessoas pegando ossos numa fila gigantesca, porque a fome é o tom da maioria desses brasileiros que têm um recorte bem específico de raça e cor. Então, obrigada por se posicionar dessa forma, por valorizar aquilo que definitivamente é importante.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Obrigado. Pois bem, como já foi ressaltado, essa crítica, esse ataque ao sistema eleitoral no Brasil é mais um capítulo de uma escalada de defesa de um projeto autoritário do nosso País. As informações estão aí para quem quiser acessar. São 25 anos do sistema de urnas eleitorais no Brasil e não há um registro de fraude. Há auditoria nas urnas. Todos sabem que as urnas não têm conexão com internet, que é um sistema específico criado pela Justiça Eleitoral brasileira, com mais de 15 milhões de sistemas de conexões que podem apontar no momento de uma fraude a alteração que está sendo ali feita. Inclusive, nas últimas eleições houve um registro do TSE de centenas de milhares de tentativas por segundo de hackear o sistema do Tribunal Superior Eleitoral. Repito: não tem conexão direta com as urnas, mas é o sistema que organizaria depois a divulgação da apuração, e não conseguiram. Ou seja, é um patrimônio que nós precisamos defender. A democracia do nosso País tem vários problemas, e eu iniciei a minha fala hoje aqui apontando um deles, que é a restrição da liberdade de manifestação e de organização no nosso País. Esse é um problema permanente com a população negra, de periferia, com as comunidades indígenas, quilombolas. Tem vários elementos da democracia brasileira que, infelizmente, nos últimos seis anos, se aprofundaram, inclusive tornando ela um sistema cada vez mais blindado, mais restrito. Agora, uma questão que não está em

jogo, na nossa opinião, é a garantia que o sistema eleitoral oferece para a nossa população. E repito: tem gente que não acredita que o povo brasileiro é capaz de desenvolver tecnologias de ponta, que não conhece o trabalho nas universidades, em centros de pesquisa, e aí coloca tudo em xeque, dizendo: "Olha, em outros países não é assim..." Bom, em mais de 40 países já tem uma cópia do sistema eleitoral brasileiro, mas o Brasil, com originalidade, desenvolveu essa questão, e nós precisamos preservá-la e impedir qualquer tentativa de golpe no sistema eleitoral, nas eleições 2022. E fica a minha questão, para concluir, aqueles que questionam tanto o processo eleitoral deveriam renunciar seus mandatos, a começar pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro, que não tem hoje mais nenhuma condição de governar o País, falando tanta asneira. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Gostaríamos de registrar a presença da Ver.^a Maristela Maffei, obrigado pela presença. Também agradeço a presença dos secretários André Machado, Cassio Trogildo, Urbano Schmitt, suas presenças abrilhantam os trabalhos desta nossa tarde.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.)
Desiste.

Agradecemos também e registramos a presença do ex-Vereador João Carlos Nedel.

A Ver. Laura Sito está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, Presidente, boa tarde colegas vereadores, feliz de estar voltando à Casa após a minha licença-maternidade, um processo de profunda transformação do nosso encontro enquanto mulher, enquanto uma mulher negra na sociedade e, de fato, me tornei uma pessoa mais sensível ainda a compreender a complexidade e a completude do que é ser uma mulher numa sociedade machista, estruturada pelo patriarcado. Estou feliz de poder voltar aqui à tribuna no mês mundial da amamentação, após o Dia Mundial da Amamentação, dia 1º de agosto. É uma data tão importante pela conscientização da importância do aleitamento materno, uma orientação, segundo a Organização Mundial da Saúde, que indica como um método, também uma forma de combate à mortalidade infantil e também o quanto esse debate nos traz uma dimensão dos conflitos de raça e classe na nossa sociedade. São muitas as dificuldades das mulheres trabalhadoras, em especial as mais pobres e precarizadas que enfrentam para conseguir seguir o aleitamento e manter uma rotina laboral que, para a maioria se torna inviável em nossa sociedade. Aqui no Brasil, apenas 45% das crianças menores de seis meses recebem amamentação exclusiva. Isso retrata a precariedade do mercado de trabalho, da condição da mulher no mundo do trabalho. Há muito o que nós possamos avançar nessa pauta, aqui inclusive, na Câmara de Vereadores. Tenho aqui um projeto de minha autoria que tramita na Casa e fala sobre a questão da criação de espaços de aleitamento nos órgãos públicos municipais, garantido

e ampliando o direito das mães e também das crianças em relação à amamentação. O período da minha licença também foi um período intenso de luta popular. Fiquei muito feliz de ter sido substituída pela colega de bancada Reginete Bispo, uma mulher, mãe, negra, lutadora que muito seguiu o nosso trabalho aqui em relação à organização das redes de solidariedade e do nosso trabalho e organização à luta popular. Também, nesse período, acompanhei os debates daqui da Casa pela televisão, os encaminhamentos, inclusive convido muito os colegas a acompanharem a TVCâmara e talvez terem uma visão mais deslocada, digamos assim, e enxergar com mais totalidade a forma como os debates se dão aqui na Casa. Acompanhei isso em muitos momentos com certa tristeza, pela forma que Porto Alegre não avançou em temas tão urgentes no período e que aprovou, inclusive, tantos retrocessos na nossa cidade. O nosso povo que sofre com a fome, com o desemprego, não viu serem aprovados, em Porto Alegre, projetos com benefícios para o povo. Não se discutiu, aqui na Casa, de fato, a renda básica, programas de enfrentamento à miséria e à desigualdade. O que fica evidente é uma escolha política do período, do primeiro semestre desta legislatura, que é pensar naqueles que mais tem e não naqueles que, de fato, precisam de um olhar diferenciado do poder público e do Estado. Foi por isso, com o RecuperaPOA, que se abriu mão de tributos, mas ao mesmo tempo também se aprovou a reforma da previdência sobre o argumento da própria austeridade, prejudicando não só os servidores públicos, mas também o serviço público porto-alegrense. Então, retorno às atividades legislativas e espero que esse tempo possa ser marcado por mais diálogo e respeito nesta Casa, mas sobretudo com uma maior atenção ao povo porto-alegrense, ao povo mais pobre que espera mudanças de paradigmas na Casa e no governo para que nós possamos, de fato, avançar numa agenda de direitos e não em retrocessos, para que nós possamos falar e construir caminhos para alterar a qualidade de vida para melhor da população porto-alegrense. Então retorno à Casa neste semestre com essa disposição de luta, de poder aqui travar a melhor luta no Parlamento para que nós possamos trabalhar para melhorar a vida dos porto-alegrenses especialmente das mulheres desta cidade.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado Presidente Márcio Bins Ely. Senhoras vereadoras, senhores vereadores, público que nos dá honra dessa assistência, é com muita alegria que retorno a esta tribuna presencialmente, Presidente, e foram muitos mandados nesta Casa, é uma tribuna que sempre me honrou muito. Aqui fala o povo de Porto Alegre, então é importante fazer esse registro da honra que tenho, Ver. Oliboni, neste momento.

E acho que é uma expectativa positiva, Presidente Márcio Bins Ely, sob a condução de Vossa Excelência no comando da Casa para este segundo semestre do ano de 2021. Eu já caracterizei e disse isso com maior respeito: é uma análise política que

nós tivemos um primeiro semestre em que infelizmente, em muitos aspectos, nós fomos uma instância homologatória do Executivo e acho que temos que ser muito mais que isso, muito mais. O próprio Executivo precisa respeitar, do ponto de vista político-legislativo, mais esta Casa. Aliás, Presidente, Vossa Excelência faz um trabalho brilhante. E nós temos que ter essa capacidade, hoje, por exemplo, Ver. Oliboni, Ver. Leonel Radde, temos um projeto que é um acinte, a votação do projeto do Executivo que diminui o prazo de 30 para 15 dias para marcar audiência pública nos projetos em que isso é possível, necessário ou ambos. Mas por que isso? Isso é um desrespeito com a população, é uma ideia de atropelar mais ainda do que já tem feito o Executivo. Para nós, vereadores de muitos mandatos, é inconcebível que tenhamos agora – no nível que já tem o governo de maioria nesta Casa – um atropelo à Câmara também com relação ao prazo de audiência pública. É constrangedor que nós tenhamos que votar esse projeto. Então isso é um exemplo apenas, Presidente Márcio Bins Ely, daquilo que a relação executivo-legislativo em Porto Alegre. Entristece-nos bastante, sabemos que é do jogo político, mas isso tem algumas regras e limites. Esse é um dos limites, não se pode diminuir poderes da Casa que, na verdade, são prerrogativas do povo. Cada vez que se atinge esta Casa, cada vez que uma vereadora ou vereador é atingido, também é atingido o povo de Porto Alegre. Particularmente a Casa – Ver. Claudio Janta, que me honra com a sua atenção –, que é a caixa de ressonância das vontades, desejos e necessidades da população da capital do Rio Grande do Sul. Por isso eu fico aqui, Presidente, na expectativa de que tenhamos um outro semestre, diferente daquele semestre homologatório, diferente daquele semestre de adesão; um semestre em que a Câmara se afirme como poder legítimo, um Legislativo histórico que faz efetivamente enorme diferença na cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta e de Comunicações. Após retornarmos à ordem normal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas, a quem está nos acompanhando em casa. Subo a esta tribuna para tratar primeiramente de um tema que é urgente aqui nesta Casa, que é a mudança da resolução da Mesa Diretora para que as pessoas consigam acessar o plenário e consigam acessar as discussões que a gente vem fazendo nesta Casa. Já está caindo de maduro essa decisão porque o próprio governo já flexibilizou uma boa parte do acesso aos espaços públicos e acesso aos

espaços privados, já está tendo festa, já está tendo abertura do Opinião, vai ter jogos assistidos com torcida, e a Câmara de Vereadores, que é um espaço fundamental de discussão política dos caminhos da cidade, segue com restrições que estão impedindo a população de acessar a política. Política não pode ser feita de dois em dois anos em época eleitoral, a gente tem desacordo com esse mecanismo que vem sendo estabelecido dentro desta Casa de afastar as pessoas da decisão. Óbvio, antes estávamos num momento bem difícil da pandemia, com o avançar da vacinação, e principalmente pela contradição do próprio governo de estar liberando diversos espaços da cidade, a gente tem que rever a decisão que permite as pessoas acessarem o debate aqui dentro desta Casa. Sobretudo porque que estão em pauta projetos de impacto profundo na cidade, que é o debate da privatização da Carris, que vai repercutir, que vai se expressar em demissões, e também o projeto dos cobradores, que são 2.700 cobradores hoje em Porto Alegre que podem vir a perder seus empregos e que não vão conseguir acessar os espaços da Casa para se manifestarem. Então acho que isso é uma decisão que a gente precisa puxar para nós, enquanto vereadores. Isso é uma decisão da Casa já está difícil de sustentar esse debate de que estamos em pandemia, sendo que para os espaços públicos e privados de lazer é um oba-oba, libera tudo e aqui na Câmara de Vereadores, para decisões importantes em relação ao rumo na cidade: “não a gente está em pandemia, a gente tem que cuidar das restrições para a gente não potencializar a contaminação do vírus”. Então são dois pesos e duas medidas, temos que equilibrar essa situação.

Segundo, há pouco o Ver. Pedro Ruas já colocou as propostas que querem alterar a lógica da dinâmica das audiências públicas aqui da Câmara, que também novamente é mais empecilho que estão elaborando para dificultar que as pessoas acessem o direito de debater os projetos que estão em tramitação. A tramitação de projetos de leis aqui dentro desta Casa muitas vezes, por interesse político, se dá de forma muito acelerada, e a audiência pública é um instrumento legítimo do povo de intervir para conseguir se apropriar, estudar, elaborar e contribuir. Isso não se faz de um dia para noite, o povo não tem assessoria de sete, oito assessores parlamentares para ler, interpretar e ajudar as pessoas a elaborar política. As pessoas dependem de nós, por isso que eu acho errado esse tipo de proposição para alterar as regras hoje da audiência que é para restringir ainda mais. Nós deveríamos estar trabalhando para que as pessoas acessassem mais os debates, acessassem mais as audiências, se apropriassem mais da política, se conscientizassem, por consequência, nesse sentido. Mas não, a própria Câmara vem propor projetos para evitar que as pessoas utilizem das audiências enquanto instrumento, restringindo os prazos; vai ter que estar em comissão e tu vais ter de fazer o pedido, sendo que muitas vezes nem mesmo nós, vereadores, sabemos quando um projeto está tramitando em comissão, vamos ser honestos com a população. Com esse projeto querem limitar ainda mais aquilo que a gente chama de democracia, para as pessoas acessarem o plenário, acessarem os debates da Câmara, estarem conscientes dos debates. Esses projetos estão na contramão disso, e a gente tem que ser honesto com a população, esse é um movimento que vem sendo construído e protagonizado por vereadores eleitos, então não podemos permitir esse retrocesso.

Por fim, falar que nesse final de semana a gente teve a assembleia dos povos no bairro do Lami, na aldeia caingangue Van Ká que foi um espaço muito importante de articulação justamente para a Câmara de Vereadores pensar espaços autônomos em que a gente consiga reunir o nosso povo originário, indígenas, charruas, cainganges, guaranis, quilombolas, povo em situação de rua para debater a cidade, para debater esses megaempreendimentos que vêm sendo propostos, que vão impactar, sim, os povos e que hoje essa população não tem um instrumento político para conseguir se fazer ouvir. Marcos legais importantes como a Convenção nº 169 da OIT, que garante qualquer mudança no plano arquitetônico, no Plano Diretor da cidade tem que se dar a partir de consulta prévia aos povos. Isso vem sendo negado sucessivamente inclusive dentro dessa Casa. Então, são instrumentos legais, garantias legais que foram conquistadas dos povos originários, e nós tivemos que nos encontrar no final de semana, num encontro autônomo, no meio do Lami, no meio da aldeia para conseguir ter espaço de debate e elaboração, porque esta Casa, de fato, está blindada para esse tipo de debate e discussão. Então são esses os empecilhos, e é essa a rearticulação que a gente acha que é fundamental. Ao mesmo tempo em que a Câmara dos Vereadores se fecha para a população, como é que a gente consegue pensar e construir espaços nossos de poder, espaço que a gente consiga debater, se encontrar, ter as nossas agendas e ter força para minimamente constranger essa onda reacionária que vem sendo articulada para dentro desta Casa, dita Casa do Povo. Então são essas as minhas considerações nesse retorno de recesso, e um bom trabalho para todos nós nesse próximo esse próximo semestre.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Claudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CLAUDIO JANTA (SD): Passamos às

COMUNICAÇÕES

A Ver^a. Daiana Santos está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, colegas vereadores e vereadoras, na retomada das atividades desta Casa, eu me utilizo deste tempo inicialmente para falar que o dia 29 de agosto é o dia da visibilidade lésbica, e esta Câmara, na última semana, não aprovou a nossa solicitação para que seja criada a procuradoria LGBT. Eu acho que é importante fazer esse adendo porque a mesma Casa que não aprova essa procuradoria, divulga nos grandes meios de comunicação que nós – se atentem bem a isso –, os novatos, como são ditos, os vereadores de primeiro mandato, solicitamos para que sejam criadas as carteiras de cor escrito “vereadores”. É importante também fazer essa avaliação porque isso é uma flexão de gênero que já começa a incorreta, se fosse a minha solicitação, pode ter certeza que não seria “vereador”. Primeiro de tudo, que eu tenho respeito com o dinheiro público, acho que a

gente tem outros espaços para estar aplicando isso, não é algo de primeira necessidade e não passou por mim e nenhum momento a pergunta de se eu queria ou não ter esse objeto como o da parte da minha mandata. Não solicitei e já deixo aqui em definitivo que isso é um desrespeito com o dinheiro público e, se a Mesa Diretora aprova isso, não aprova outras coisas, que são muito mais urgentes do que isso, é porque a gente consegue compreender quais são os interesses deste espaço. Um espaço que não olha com respeito à diversidade e à pluralidade, que não apoia a cultura, que aquilo que é urgente e emergente para eles é o que tange em torno de ataque a funcionalismo público, a precarização, a privatização, a desemprego em massa, como a gente vai ver daqui a alguns dias entrando na pauta da própria Carris. Então é isso, é essa negligência que a gente tem como tom. Outra coisa que eu já quero trazer aqui é que a minha mandata apresentou um projeto, há um tempo, falando da distribuição de alimentação nas escolas públicas que foi vetado, porque disseram "não, já está sendo distribuído". Pois hoje, num Jornal de grande circulação, a secretária da Educação diz que dos 68 mil alunos somente 12.150 retomaram às aulas. Sobre estes mais de 50 mil alunos que não retomaram às aulas, que perderam o vínculo, que estão desassistidos, eu faço a pergunta: se esses alunos não estão nas escolas, não estão tendo vínculo renovado, secretária, como é que essa alimentação está sendo distribuída? Como é que está sendo garantida a segurança alimentar desses alunos? Como é que está sendo feita essa avaliação, não é Ver. Jonas? Gostaria de saber a respeito disso. Isso é um desrespeito tão grande, é um desrespeito tamanho com a população e com os projetos que nós apresentamos. Em definitivo é isso: não passa nada, porque há uma vontade de se opor a tudo aquilo que nós colocamos como priorização. Vou aproveitar – vou resguardar o nome de quem nos enviou – e dizer que a gente recebeu uma mensagem de uma professora desesperada, falando justamente isso: a SMED não entregou as cestas básicas, têm famílias pedindo na porta das escolas. Entregaram o equivalente a um terço das cestas básicas; é isso: não aprovam os nossos projetos, utilizam os nossos nomes para justificar o que querem, não têm respeito, não têm responsabilidade com a população, fazem e acontecem. É o desemprego em massa, é a tortura da população com esses que, definitivamente, não sabem que a centralidade da gestão tem que ser a vida das pessoas, da população que os votou para colocá-los aqui dentro, que votou para prefeito, que votou para os vereadores. Desrespeitosos são vocês que não pautam, em definitivo, aquilo que é necessário.

Para finalizar, eu quero falar que, na última semana, depois de três mortes de pessoas em situação de rua, depois de ver que não estava adiantando ampliar com 200 *vouchers* o acolhimento para população em situação de rua, depois de ver o empobrecimento da população, ver o aumento dessa população em situação de rua, de famílias e crianças nas sinaleiras – inclusive são essas mesmas crianças que não estão indo para escola, e a gente sabe muito bem onde elas estão –, depois de tudo isso o Município amplia, junto com o Sport Club Internacional que já havia ofertado, numa outra oportunidade, aquele espaço, 100 vagas para o acolhimento. Quero deixar aqui bem pautado que, no dia 30 de junho, nós fizemos a solicitação para ampliação dessas vagas e nos colocamos à disposição para construção de um plano de enfrentamento,

porque isso não pode ser pontual, precisa ser olhado com mais respeito e com mais responsabilidade.

A gente tem que criar algo que venha impactar a longo prazo e que não venha a dar conta, de forma midiática, durante 4 ou 5 dias, para que tirem fotos, para que venham se promover em cima da pobreza, da miséria desse povo, para que venham dizer que estão dando conta daquilo que não estão. Respeito com a população em situação de rua, com essa população que é vulnerabilizada é quando se cria um projeto de longo prazo, é quando se olha para a política pública e faz ela ser efetiva e não quando se amplia, num período muito curto como esse, 100 vagas, coloca a mídia, tira foto e faz *live*; coloca-se diante dessa miséria que tu promove para dizer que toda solução vem através das tuas suas mãos. Isso é desrespeitoso. Nossa exigimos que sejam efetivas as políticas públicas e não pontuais, midiáticas e oportunistas como estão sendo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE CLAUDIO JANTA (SD): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar o Ver. Janta, comandando os trabalhos; Sra. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero desejar que todos voltem com muita saúde, e que nós possamos fazer um bom debate para terminarmos o ano com sucesso na Casa. Nós somos 36 vereadores, e eu quero lembrar que nós não podemos mais ser surpreendidos na Casa com questões que prejudicam os trabalhos, que prejudicam a imagem da Casa. Quando a gente elege a Mesa Diretora, a gente quer coparticipar, a gente não quer ser surpreendida na Casa. Nós já dissemos, ouvimos e vimos isso na outra gestão, quando nós tivemos que nos pronunciar, também sabendo pela imprensa, sobre o possível aumento do salário dos vereadores; e nós nos afirmamos, não deixamos aumentar. A Mesa Diretora tem que estar em consonância com este plenário, ela não pode estar isolada, e o senhor, Presidente, não pode cometer esses erros novamente. Tem cometido muitos erros de falta de diálogo, de falta de compreensão, de falta de comando, e nós não queremos terminar o mandato assim do jeito que está. Esta Casa tem uma referência, todos os finais de ano, de devolver dinheiro para Prefeitura para o orçamento, para que sejam feitas obras na cidade. Nós não podemos gastar só porque tem no orçamento, não, o orçamento tem que ser propositivo, tem que ser o orçamento que venha ao encontro da sociedade. Nesse aspecto, eu não concordo que tomem decisão em nome dos 36 vereadores. Não, isso não é possível, porque os que são líderes hoje amanhã podem não ser; consequentemente, amanhã podem ser outro líder que pense diferente, mas suas bancadas têm que corresponder à expectativa da sociedade porto-alegrense. Peço, mais uma vez, que nós não sejamos mais surpreendidos, quando estamos fora deste plenário. Carteira de identificação, será que alguém de nós precisa de carteira de identificação para andar na cidade, nós somos vereadores, somos 36 representantes da sociedade

porto-alegrense. Façam uma carteirinha plastificada aqui na Casa mesmo. Semana passada, eu recebi o cartão ponto, aquele de andar no pescoço, plastificado, foi feito na Casa, que não tem nenhum objetivo a não ser apenas identificar. Agora, nós andarmos pela cidade com o propósito de querer aparecer, de querer dizer que tem uma carteira de couro. Pelo amor de Deus, eu lamento isso ter acontecido nesse pequeno recesso, quando fomos surpreendidos pela imprensa. A maioria dos 36 vereadores não pode ser mais surpreendida pela imprensa. Obrigado Presidente Janta, que está comandando os trabalhos, que seja bom o seu comando em direção ao coletivo da Casa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLAUDIO JANTA (SD): O Ver. Leonel Radde está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde vereadores e vereadoras. Gostaria de parabenizar a fala do Ver. Cassia, temos pleno acordo com o que foi dito pelo nobre vereador. Hoje, no período de Comunicações, gostaria de chamar atenção da informação que acaba de ser publicada na Folha de São Paulo de que um dos nossos pré-candidatos ao governo do Estado, o negacionista mor, o fascista Heinze está envolvido com ligações à representante da Precisa no escândalo da Covaxin. Por isso, a gente começa a entender aquela defesa negacionista completamente descolada da realidade, dessa vergonha que é Senador Heinze, uma das maiores vergonhas do Rio Grande do Sul, o que é falado em todo o Brasil. Volta e meia me perguntam "como é que vocês elegem figuras como o Heinze. Eu digo: "eu não sei, mas me envergonha". Além de ser um negacionismo, alguém totalmente descolado do mundo real, que só fala abobrinha, só sabe falar preconceitos, está, agora, envolvido em ligações na compra de vacinas superfaturadas. Parabéns Heinze, e gostaria de elogiar aqueles que defendem um político desse quilate, que envergonha muito; vai entrar nos livros de história como uma das figuras mais bizarras da nossa política. Falando disso, queria referendar a vergonha que foram as manifestações pró-Bolsonaro, pró-voto impresso; daqui a pouco vai ter manifestação a favor do orelhão, manifestação a favor do mimeógrafo. A tecnologia avança, e nós temos que retroceder, vamos começar a fazer agora contagem de células na mão. Olhem, o absurdo. Aí eu fico pensando o que essa meia dúzia de "gado" pingado foi fazer? Foi defender o quê? Foi defender gasolina a R\$ 6,20, foi defender desemprego a 15%, foi defender superfaturamento na compra da vacina? Foi para isso que foram para rua? Para defender miliciano, para defender corrupção, para defender um governo que não sabe a que veio e para onde vai? Só sabe fazer acordo, destruir a Amazônia, matar indígenas, matar população negra, matar nossa população brasileira. Governo genocida! São 560.000 mortes! É para isso que estão indo para rua, vestidos de verde e amarelo e fazendo falas antidemocráticas, negacionismo e nos envergonhando para o mundo? Parabéns aos manifestantes que ainda conseguem gastar o seu tempo e seu dinheiro num país onde as pessoas fazem fila para comprar ossos. Depois querem falar da Venezuela, de Cuba e não sei mais de onde.

Aqui no Brasil, as pessoas fazem fila para comprar ossos para fazer sopa. Esse é o nível do Brasil bolsonarista, esse é o nível do Brasil a que nós chegamos com este governo que veio com uma pauta de anticorrupção, uma pauta de nova política. Estão aí, vários acordos com o Centrão, entregas de cargos. Agora Bolsonaro é Centrão, todo aquele discurso que veio na campanha foi jogado no lixo. Eu quero ver como é que o gado vai conseguir sustentar o argumento de que temos uma nova política. Então, muito obrigado pela oportunidade, seguimos na luta.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLAUDIO JANTA (SD): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado Presidente Janta. Eu confesso que eu estou muito contente com as intervenções feitas anteriormente, todas as falas me representaram muito. No Grande Expediente, o Ver. Matheus Gomes reivindica a luta de junho de 2013, denunciando a tentativa de criminalizar os movimentos sociais que a gente viu naquele período e também reivindicando a luta atual que nós temos a necessidade de derrotar esse governo fascista e genocida. Depois seguiu-se com falas muito boas. A Ver.^a Daiana, eu acho, foi a primeira que pautou não só a questão ligada a essa decisão da Mesa de confeccionar as tais de carteiras dos vereadores e das vereadoras, que, de fato, não foi tampouco demandada por mim, eu também não pedi isso. Seguiu nesse tema, por sinal, o Ver. Cassiá. Muito importante também; eu gostei muito da fala do Ver. Cassiá também fazendo essa crítica. Igual, Ver. Cassiá, vale lembrar que a Mesa Diretora foi eleita. Ela foi eleita. No caso, não foi eleita com o meu voto porque eu perdi; eu votei noutra composição. Eu votei na outra composição porque eu imaginava que essa metodologia da Mesa não é nova, a metodologia da Mesa Diretora tomar decisões sem consultar todos os vereadores. Mais grave ainda é porque a Mesa, sabendo que tem uma parte dos vereadores que tem uma posição contrária à sua condução, sequer ouviu esses vereadores, que acabam também aparecendo como responsáveis por algo que não são. Nós somos contra também esse gasto à toa, digamos assim. Nós não estamos falando de grandes recursos, mas nós estamos falando de um simbolismo. Então, a Daiana, como vereadora, colocou isso muito bem e colocou muito bem também a demagogia – demagogia não é a palavra certa e nem foi a palavra que a Ver. Daiana usou –, o que a Daiana demonstrou é como, infelizmente, têm ocorrido coisas terríveis e aqueles mesmos que promovem, que têm promovido a pobreza, o abandono aqui em Porto Alegre, depois querem posar para fotos dizendo que estão tomando medidas de assistência, coisa que não estão. O meu mandato também demandou a utilização de uma política real de assistência social, a utilização do Gigantinho, a utilização de medidas que dão real assistência, não simplesmente deixar as pessoas entregues num recinto

público, sem, de fato, garantir a assistência, garantir também a relação com seus animais de estimação. E a Ver.^a Daiana apontou isso de modo muito correto, fico contente. E o Ver. Leonel toca nesse ponto tão importante, essa denúncia tão contundente em relação não só ao Presidente Bolsonaro – esse genocida que, infelizmente, está à frente do País –, mas também agora em relação ao senador Heinze, que diz que não se lembra da ligação que recebeu dessa responsável por esse esquema das vacinas, que nós vimos que, na verdade, foi um esquema para roubar dos cofres públicos milhões de dólares. É muito grave que isso esteja ocorrendo e nós vemos que, desse ponto de vista, o senador não é tão negacionista assim nesse negócio ligado a interesses econômicos dessas empresas. Agora nós vamos ver se ele nega ou se ele afirma a favor desses interesses econômicos. Vamos analisar, vamos ver como é que a CPI faz a investigação em relação a isso, a CPI que está ocorrendo no Congresso Nacional.

Nós estamos começando este segundo semestre e eu fiquei contente com as intervenções. Acho que é muito importante que nós tenhamos cada vez mais vereadores conscientes da necessidade de que a Câmara dos Vereadores deixe, como muito bem disse o líder da oposição, meu amigo camarada Pedro Ruas, de atuar de costas para os interesses populares. A Câmara dos Vereadores tem que atuar respondendo aos interesses do povo e não simplesmente sendo um lugar de avalizar os projetos do Executivo, e foi isso que a Câmara fez no primeiro semestre. A Câmara dos Vereadores, no primeiro semestre, basicamente avalizou os projetos do Executivo, projetos, infelizmente, contrários aos interesses do povo pobre, contrários aos interesses do serviço público e nós temos visto isso de modo sistemático ao longo desse primeiro semestre. Há demandas agora, eu sei que o pessoal ligado à cultura está aí visitando a Câmara dos Vereadores, com uma luta dura, uma luta que infelizmente tem sido desrespeitada também pelos governantes. E eu quero deixar, nesta minha fala, o meu abraço ao Hamilton Leite, que é uma liderança política, social e um grande dramaturgo, um grande artista da cidade de Porto Alegre. Um abraço a todos e muito obrigado, Presidente Janta.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Cassiá Carpes (PP): Respondendo ao Ver. Robaina que, se eu votei numa gestão, aí me dá muito mais responsabilidade de criticar esta gestão, fiscalizar esta gestão. É pior quem não vota em nada e é sempre contra. Se fosse dele, eu não teria votado nele.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): É, mas tu és responsável também, Ver. Cassiá, nesse caso.

PRESIDENTE CLAUDIO JANTA (SD): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente dos trabalhos, Ver. Janta; vereadores e vereadoras. Eu tive a necessidade de me inscrever para falar poucos minutos, mas também colocar da minha apreensão quanto à ideia da confecção das chamadas carteiras de couro. Dizer que eu fui tomado de surpresa também, não sou favorável a isso, até porque vivemos momentos em que se precisa de uma atenção toda especial a outras pautas. Portanto, eu quero manifestar aqui a minha posição que é contrária à adoção, à confecção das carteiras. Eu confesso que não sabia e fiquei sabendo pela nota que foi publicada na imprensa, mais especialmente na coluna da Rosane de Oliveira. Portanto, minha posição também é contrária. Um abraço a todos e obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0576/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 010/21, que institui a Política Municipal para logística reversa de lâmpadas, eletroeletrônicos, pilhas e baterias no Município de Porto Alegre. **(SEI 118.00169/2021-76)**

PROC. Nº 0577/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 011/21, que institui a Política Municipal de Logística Reversa dos Resíduos Originários de Embalagens (PLRE) de papel, plásticas, metálicas, de vidro e de multicamadas e similares no Município de Porto Alegre. **(SEI 118.00170/2021-09)**

PROC. Nº 0701/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 017/21, que altera o *caput* do art. 8º da Lei nº 11.229, de 6 de março de 2012, que institui o Bônus-Moradia - dispondo sobre a aquisição de Imóvel com Bônus Moradia entre as famílias individualmente cadastradas e permite a unificação de seus respectivos Bônus-Moradia, para aquisição em conjunto de imóvel de maior valor. **(SEI 118.00207/2021-91)**

PROC. Nº 0144/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 040/21, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que inclui a efeméride Semana Maria da Penha no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no período compreendido entre os dias 7 e 13 de agosto. **Com Emenda nº 01, da Ver^a**

Comandante Nádia. Com Emenda nº 02, do Ver Claudio Janta. (SEI 025.00023/2021-32)

PROC. Nº 0390/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 152/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que proíbe a produção, a disponibilização, a distribuição e a comercialização do produto *foie gras* nos restaurantes e demais estabelecimentos, públicos ou privados, localizados no Município de Porto Alegre. (SEI 208.00114/2021-57)

PROC. Nº 0482/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 183/21, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que concede o Título de Cidadão Emérito de Porto Alegre a Marjana Viero de Moraes Rutkowski. (SEI 035.00041/2021-12)

PROC. Nº 0507/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 195/21, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que denomina de Alameda Nestor Bortolini o Beco Três da Avenida Vicente Monteggia. (SEI 025.00048/2021-36)

PROC. Nº 0562/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 214/21, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Rua Pedro Reginaldo Oliveira dos Santos o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Quatrocentos e Cinco (405) Loteamento Vila Tecnológica, bairro Farrapos. (SEI 019.00020/2021-13)

PROC. Nº 0582/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 221/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia de Pomba Gira Maria Mulambo no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 07 de julho. (SEI 024.00056/2021-83)

PROC. Nº 0583/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 222/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia de Pomba Gira Rosa Caveira no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 13 de julho. (SEI 024.00057/2021-28)

PROC. Nº 0585/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 224/21, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Rua Antonio Sereno Moretto o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 4315, localizado no bairro Teresópolis. (SEI 138.00031/2020-76)

PROC. Nº 0586/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 225/21, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Rua Cassilda Flora Zaffari o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 4314, localizado no bairro Teresópolis. (SEI 138.00021/2020-31)

PROC. Nº 0587/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 226/21, de autoria do Ver. Jonas Reis, que denomina Rua Jane Beatriz Silva Nunes o logradouro conhecido como Acesso 82, Bairro Santa Tereza. (SEI 210.00275/2021-38)

PROC. Nº 0597/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 230/21, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Rua Maria Adelaide Sá Britto Maffazioli o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Três, Loteamento Ferroviários localizado no Bairro Mario Quintana. (SEI 019.00021/2021-50)

PROC. Nº 0599/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 232/21, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que denomina Rua Ministro Ruy Rosado de Aguiar Junior o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 3803 localizado no Bairro Mário Quintana. (SEI 038.00043/2021-09)

PROC. Nº 0615/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 239/21, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Rua Otavio Ubirajara Frota de Azevedo Junior o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Dois, Loteamento Ferroviários localizado no Bairro Mario Quintana. (SEI 019.00027/2021-27)

PROC. Nº 0620/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 243/21, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Rua Geraldo Sant'Anna Nunes o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Seis, Loteamento Ferroviários localizado no Bairro Mario Quintana. (SEI 019.00029/2021-16)

PROC. Nº 0624/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 244/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que denomina Acesso Iclair Gomes Abreu o logradouro não cadastrado conhecido como Acesso G (SQ SEIS TERCEIRA UV VL N Restinga) – 3º unidade, Bairro Restinga. (SEI 024.00063/2021-85)

PROC. Nº 0626/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 246/21, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que denomina Praça Roberto Valfredo Bicca Pimentel o logradouro Praça Cinco Mil e Vinte, situado no bairro Aberta dos Morros, nesta capital. (SEI 038.00046/2021-34)

PROC. Nº 0635/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 251/21, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rua Arroio da Guabiroba, logradouro público conhecido como Rua Beco Um, Estrada das Furnas, no Bairro Vila Nova. (SEI 034.00271/2021-74)

PROC. Nº 0639/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 254/21, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que concede o título de Cidadã Porto-alegrense à Sra. Zeila Bedin. (SEI 215.00078/2021-14)

PROC. Nº 0589/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 030/21, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que concede a Comenda Porto do Sol à Rádio Gaúcha – “Programa Sala de Redação”. (SEI 035.00059/2021-14)

PROC. Nº 0644/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 033/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que concede o Diploma de Honra ao Mérito à senhora Marcelly Malta Schwarzbald Lisboa. (SEI 208.00173/2021-25)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, senhoras e senhores membros desta Casa, nós temos uma quantidade expressiva de projetos na Pauta, desde projetos de concessão de nomes a logradouros, títulos de cidadão, homenagens, inclusão no calendário de Porto Alegre e também temos projetos importantes como a aquisição de imóveis e bônus de moradia na cidade de Porto Alegre, projetos da política de logística reversa de resíduos originários. Então, teremos um segundo semestre bem produtivo que logo mais já começamos a trabalhar, debater, discutir e votar.

Quero falar sobre alguns temas que foram abordados. O primeiro deles é a questão do voto em papel, eu acho que nós não podemos regredir mais neste País. Hoje há setores econômicos que estão trabalhando *on-line*, setores econômicos estão trabalhando com a tecnologia, e é um voto que é aferido. Mas em nenhum momento se fala em dois ou três dias depois das eleições, cinco dias, dar um retorno para esse eleitor. Eu acho que teria que ser isso: dar um retorno para esse eleitor. Agora, voltar ao voto impresso é uma regressão inimaginável. É, como já foi dito aqui, nós voltarmos a não ter mais o celular, voltarmos a não ter mais os *tablets*, computadores de mão, uma série de outras coisas que hoje a tecnologia nos permite.

Eu quero falar de um tema que pautou aí o fim de semana e, agora, aqui a sessão: a questão da carteira de identificação dos vereadores. Eu quero falar porque foi uma proposta minha, eu levei para a Mesa e tenho trazido para a Mesa desde que o Ver. Mauro Pinheiro era Presidente, se eu não me engano, a ideia de nós termos uma carteira, a qual eu recebi quando aqui cheguei, em 2012. Carteira essa que não é nada mais nada menos que um cartão de PVC, com o nome do vereador, logomarca da Câmara, nome do pai, nome da mãe, data de nascimento, data do mandato, término do mandato, RG, CPF, grupo sanguíneo e a informação se é doador ou não. É isso. Isto aqui é a carteira. E eu quero dizer para os vereadores que aqui em Porto Alegre, pessoalmente no meu caso, se eu for nas vilas, todo mundo sabe quem eu sou. Agora, se eu for na região do Ver. Felipe, ali na Padre Chagas, ninguém me conhece, eu passo batido. Agora, quando eu chego no Congresso Nacional e entro na fila das autoridades, aí eu dou o cartãozinho, respondem: "Aqui, não! Aqui tem que ter documento. Pode ir para a fila!" Daí eu vou para a fila. Isso ocorre em vários lugares. Mas o que mais ocorreu foi que alguns membros desta Casa, e não é novo, não é velho, isso aconteceu

comigo, de chegarem em órgãos públicos estaduais e o cara, sabendo que tu não tens identificação, não te atender. Foi isso que aconteceu. Ninguém falou aqui em carteira, em acompanhar uma corrente para nós usarmos – como o Ver. Bobadra, a Ver.^a Nádia e o Ver. Leonel usam, a carteira com a corrente, de polícia –, ninguém falou nisso. O Ver. Oliboni, que estava representando a oposição na Mesa, lembra muito bem da nossa proposta; os membros da Mesa lembram muito bem da nossa proposta, que continua sendo essa de nós termos uma identificação, porque esse crachá não identifica nada, esse crachá pode ser feito em qualquer loja, lotérica, em qualquer lugar de material impresso. Não tem RG, não tem CPF, não tem nada que identifique o vereador; e isso a gente pode fazer em qualquer lugar. Agora, nós precisamos ter algo com o brasão da Câmara, precisamos ter algo que identifique o nosso mandato, algo simples, que pode ser feito com o material do crachá até, pode ser confeccionado nesta Casa – que já se mostrou capaz –, só incluindo o restante atrás. E eu quero voltar a insistir, pois tem-se discutido muita coisa no Brasil, mas não se tem discutido a realidade das pessoas, não se tem discutido, no Brasil, o dia a dia. O Ver. Leonel falou do osso, não se acha mais osso para comprar em nenhum açougue de Porto Alegre, não se acha pé de galinha, esses produtos não existem mais também nos açougues. Uma população que gasta R\$ 120,00 para comprar um botijão de gás, uma população que tem a gasolina por R\$ 6,00 o litro, uma população que vê os bancos cada vez mais ganhando dinheiro, uma população que vê os juros, todos os dias, aumentando na nossa mesa, os juros, todos os dias, comendo o nosso produto, e, principalmente, os aumentos de impostos, que continuam cada vez mais abusivos neste País.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Janta. Ouvi o senhor falar sobre o que o Ver. Leonel Radde falou sobre os ossos. Eu quero dizer para o Ver. Leonel Radde que adoro ferver um ossinho para fazer uma sopa; eu adoro ferver um ossinho para fazer sopa. Lá no interior, eu me lembro, quando eu era pequeno, se fazia o joelho do boi, usava-se o osso da canela do boi para fazer sopa. Parece-me que o Ver. Leonel Radde humilha as pessoas que compram osso para fazer sopa. Eu acho que essa foi a intenção dele: humilhar os pobres que precisam ferver osso. Eu quero dizer que com osso dá para fazer uma boa sopa, sim, senhor! Obrigado, vereador.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Eu queria, Presidente, continuar em tempo de liderança.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra, a partir deste momento, para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): O que o povo não aguenta mais é esse absurdo que se vê diariamente. Atrasem uma conta, atrasem uma conta de uma loja, atrasem uma conta de luz, atrasem uma conta de telefone e vocês vão ver o que é multa, juros e juros sobre juros. Nem vou falar em cartão de crédito, nem vou falar em

ficar devendo, Ver. Mauro, para um banco, um empréstimo. Atrasem, para vocês verem! É isso que nós temos que discutir, a vida concreta das pessoas, o dia a dia da vida das pessoas. Quando a gente vê o que tem de impostos embutidos em produtos da cesta básica, o que tem de impostos embutidos na energia elétrica, o que tem de impostos embutidos no gás de cozinha, o que tem de impostos embutidos na nossa vida: desde que acordamos de manhã até a hora em que vamos dormir nós estamos com nosso sócio, com nosso parceiro presente conosco, da hora de acordar até a hora de dormir, que é o governo, um governo que é insaciável, um governo que não mede esforços para sobretaxar a população. E volto a afirmar, para as pessoas saberem: de cada R\$ 100,00 gastos na cidade de Porto Alegre hoje, R\$ 62,00 foi para a União, R\$ 62,00 foi para Brasília, e os prefeitos cada vez mais aumentam as suas responsabilidades, porque, e está aqui o secretário André Barbosa, se o secretário foi construir algumas casas para ajudar as pessoas que necessitam, o Município tem que dar a contrapartida para o governo federal. Se vai fazer um saneamento, o Município tem que dar a contrapartida, e agora, além disso, o Município que já é responsável pela educação básica, o Município que é responsável pela saúde básica também é responsável pelas UPAs, é responsável pelos PAs, e o Município agora se torna responsável também pela segurança pública, já que não vem um incentivo do governo para fazer a automação da cidade, para fazer a vigilância da cidade, o cercamento eletrônico da cidade, não vem recurso para ajudar a armar as guardas. Quem está armando, muitas vezes, a Guarda Municipal de Porto Alegre, dando veículos e uma série de utensílios é a iniciativa privada, porque o governo federal não encaminha nada para ajudar as pessoas.

Então eu acho que nós temos que debater e discutir muito essa questão da inflação que está galopante no Brasil, uma inflação com recessão, a dificuldade que as pessoas têm de sustentar suas famílias no dia a dia. Cada vez mais aumenta a xepa nas feiras, cada vez mais o número de pessoas fazendo xepa na Ceasa, cada vez mais o número de pessoas fazendo xepa nos supermercados. Então a população não só de Porto Alegre, a população do nosso País está passando por grandes dificuldades porque não tem uma política de combater os juros, uma política de combater o *spread* bancário, uma política de combater impostos, uma política de repartir o dinheiro público que é retido em Brasília com os Municípios; também com os Estados, mas principalmente com os Municípios.

Nós precisamos de recurso federal para várias políticas públicas que nós defendemos, várias políticas públicas que são necessárias para a população, agora não podemos ver essa ciranda que está no governo federal, que leva para dentro a raposa. Botou a raposa agora dentro do seu governo. Então eu acredito que a grande reforma que se fala no Brasil, alguns políticos falam em fazer uma reforma política, realmente tem que ter uma reforma política, mas uma reforma política onde as pessoas cumpram os compromissos assumidos em campanha, uma reforma política que garanta que a pessoa que não cumpriu o que falou para a população, essa pessoa, automaticamente, por ingerência do povo, num processo democrático perde seu mandato.

Então seria isso, Presidente, para encaminhar como discussão preliminar de Pauta e também em liderança, em nome do nosso partido. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Boa tarde, senhoras e senhores; boa tarde a todos. Presidente e telespectadores da TV Câmara, neste fim de semana o Brasil viveu um show de democracia onde milhões de pessoas foram às ruas de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, do Brasil, exigir o voto impresso auditável. Mas por que isso? Qual é o prejuízo que nós vamos ter se nós adaptarmos às nossas urnas uma pequena impressora onde vai sair o comprovante ali em quem nós votamos, e esse comprovante ficar armazenado num malote dentro da própria Justiça Eleitoral. Isso vai acontecer para quê? Para que nós possamos auditar os votos, para dar mais segurança jurídica para todos, para dar tranquilidade para o nosso povo. Ora bolas, a tecnologia da informação está cada vez mais avançada, quem nos garante que um programador, um hacker, alguém com médio conhecimento da área da informática não pode fazer um lançamento ali, por exemplo, 10% dos votos do candidato tal serão anulados. Isso decide uma eleição! E veja bem, estou trazendo para vocês aqui a verdade real. Eu me lembro que em 1994 eu fiz o curso operador de micro PC, Windows, MS-DOS, e lá no MS-DOS, na programação, diz que no Excel tu podes programar... Seria muito fácil, veja bem, “15% dos votos do candidato X serão anulados”, e isso decide uma eleição! Na última eleição, onde concorreu o Aécio e a Dilma, todo mundo tinha certeza que o Aécio seria eleito, e surpreendentemente, numa virada histórica, foi eleito o outro candidato. Nesta própria eleição, 2020, houve um apagão e nós ficamos mais de cinco, seis horas esperando o resultado da Justiça Eleitoral. O voto impresso auditável vai dar uma tranquilidade para todos nós. Qual o prejuízo que nós teremos? Então quero parabenizar aos milhões de pessoas que estiveram Brasil afora exigindo a questão do voto impresso auditável. Inclusive nós propusemos aqui nesta Casa Legislativa Municipal uma moção de apoio ao voto impresso auditável, onde possamos fazer a prova real de quem foram os eleitos e os não eleitos. Vejam bem, não é que tu vais levar o comprovante de quem tu votou para mostrar para o patrão, como muitos tentam esculhambar com aquelas propagandas "querem que volte o orelhão com ficha", não têm nada a ver. As novas tecnologias da informação são importantes, mas porque não imprimir o comprovante de votação, ir para uma urna e ficar guardado na Justiça Eleitoral? A quem interessa negar essa informação a todos? Eu quero parabenizar aos vereadores, aos colegas que eu vi no movimento, a Barth, a Nádia, o Jessé e vários outros colegas vereadores que estiveram em vários locais da cidade prestigiando o voto impresso auditável.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Presidente, aproveito, inicialmente, para falar aqui para o Ver. Bobadra que, como fui mesária por muitos e muitos anos, existe algo que é chamado zerésima, e ali se comprova a lisura de um processo. Importante, de repente o vereador não tem conhecimento, assim como o Presidente da República também parece não ter: zerésima, repito aqui porque acho que a gente tem que trazer a informação como nossa aliada.

Dando seguimento, a gente escuta muitas coisas em definitivo quando olha para a realidade do País diante desta desigualdade que está acentuada pelo desemprego, pela incapacidade de uma gestão que prioriza a realidade, que dialoga com a realidade da população, que é uma realidade de fome, descaso, negligência, abandono, não efetividade de política pública, violência, inclusive violência promovida por essa negligência, por esse descaso, e também por parte desse projeto, porque isso é um projeto que se dá com muita veracidade. Peço a vocês que façam uma conta comigo: um salário mínimo de R\$ 1.100,00 para aquele ainda consegue ter uma carteira assinada – é isso, R\$ 1.100,00 –, o custo da cesta básica é de R\$ 640,00 a R\$ 670,00, uma das cestas básicas mais caras do Brasil aqui em Porto Alegre, somando-se ao gás de cozinha, R\$ 100,00, R\$ 110,00, R\$ 120,00, somando-se à luz, à água, somando-se ao leite para as crianças. Como falou anteriormente aqui um vereador: "Olha, era tão bom ferver um osso, lá no interior a gente comprava osso e fazia", mas a gente está falando de pessoas que não têm a possibilidade da escolha e que não fazem isso pelo simples fato de querer, fazem isso por ser a única possibilidade. A gente está falando do pior retrato da desigualdade e da fome, a gente está falando de algo que não se tem outra possibilidade que não seja essa, a gente está falando de pessoas numa fila para doação de ossos, cujas pessoas, por relato da própria dona do açougue, quando pegam esses ossos ainda crus, saem roendo eles. Isso é a forma mais indigna da sobrevivência de um indivíduo, isso é o retrato mais duro da incapacidade de um governo que, ao invés de estar pensando em promover cuidado neste momento, inclusive onde a desigualdade se acentua, está aí fazendo a fraude no processo de vacinação, está aí diante de processo de corrupção ativo, envolvido em rachadinhas, envolvido numa série de outros escândalos, menos cuidando da sua população. Isso é uma vergonha, isso é um descaso, essa é a pior face desta gestão estúpida que não sabe, em definitivo, o que é pobreza, o que é miséria, o que é a necessidade das pessoas. Digo isso porque todos os dias chega até nós solicitação de pessoas pedindo comida, fragmento de arroz, feijão bandinha. Osso no prato da população, é assim que o brasileiro está vivendo, com um descaso, com a pior face da necropolítica gritando diante da gente todos os dias, porque dignidade para um povo, meus colegas, é comida no prato, é saúde, é priorizar a vida da população, e não achar que é normal ferver um osso para tomar o caldo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nosso primeiro dia após o recesso, sempre é muito bom vir nas sessões plenárias onde se toma conhecimento de projetos em andamento, projetos que podem ir à votação, e também dos encaminhamentos de lideranças sobre a situação de nossa cidade. Eu quero iniciar hoje dizendo que estamos no Agosto Lilás, que é o mês para conscientização pelo fim da violência contra a mulher. Isso é muito importante, a Lei Maria da Penha existe, mas nós temos muitos crimes ainda e que precisamos, sim, de uma conscientização, de uma prevenção, pois ainda se discute muito, se lê muitos artigos, mas precisa muito mais. Nós concluímos o nosso mandato na Procuradoria Especial da Mulher, as informações estão todas no SEI, tanto das atividades realizadas, fizemos mais de 10 *lives* tratando da situação das mulheres e profissão, dois programas de TV, e também outros encaminhamentos que fizemos e que procuramos deixar com transparência, e organizar a nossa sala, organizar também homenagem às mulheres que fizeram parte da história do País. Uma pesquisa profunda que aproveitamos, de longo tempo, e que incluímos alguns nomes de pessoas já falecidas e assim não fica homenagem a uma única mulher, são várias mulheres do País. Uma pesquisa de 1500 a 2004, que ficou no mural da nossa sala da Procuradoria. Claro que organizamos também o conselho político da Procuradoria, também pedimos um estagiário para a próxima presidente. E assim a gente entendeu que conseguimos desempenhar as funções, porque tivemos um seminário nacional, com a presidente nacional, a estadual e outras procuradoras do Estado, onde todas sabem que a cada ano que muda, se recomeça, e que nem todas as Câmaras Municipais têm a sua infraestrutura para nos atender, e que o nosso caminho está certo. Nós, Procuradoria Especial da Mulher de Câmaras Municipais e Assembleias, recebemos os encaminhamentos, as denúncias e levamos às autoridades que têm a atribuição de investigar, de concluir inquéritos e oferecer denúncias. Então eu fico muito satisfeita de ter participado deste seminário em que nós ficamos dentro do que, na realidade, está sendo desenvolvido por essas Procuradorias. Pode se fazer mais? Pode, sim, também para isso nós usamos uma funcionária do nosso gabinete que ficou à disposição, para que nós não deixássemos sem atender as consultas, os encaminhamentos e também essas atividades as quais desenvolvemos todas pelo gabinete, mas sempre voltadas a orientar, voltadas a atualizar questões relativas às mulheres. Somos favoráveis a todas ações contra a violência, mas sempre cuidando para que não estejamos fora de um contexto, mas usamos sempre o que consta na legislação. E a Lei Maria da Penha, se lê muitos artigos, e há muitos juristas ainda discutindo sobre a sua eficiência, porque se vê um índice elevado ainda de mortes. Mas também temos que considerar que, de repente, esse número elevado é porque está sendo feito pesquisa, está sendo denunciado, está sendo levantado pelas respectivas áreas de investigação, áreas policiais. Então quero dizer que me sinto gratificada de ter feito parte desta Procuradoria, passando hoje para a Ver.^a Cláudia para continuar, e para a Ver.^a Daiana como adjunta. Estamos à disposição

para quaisquer outras informações a respeito do período que desempenhamos as nossas funções. E dizer que nós temos hoje também, em Pauta, dois projetos, não somos muito de fazer homenagens, mas hoje temos duas escolhas que entendemos merecedoras de destaque deste Parlamento Municipal e que estão em primeira discussão. Ainda queremos dizer que pretendemos fazer uma audiência na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, uma reunião, tratando do Gabinete da Causa Animal – criado por este governo, para apresentar os recursos que estão sendo enviados, quais os projetos que estão sendo criados –, que foi instalado em março, mas nós queremos saber o andamento, porque o governo deu apoio para esta criação e nós queremos chegar às metas prometidas, não queremos um gabinete só para ter pessoas figurantes, queremos pessoas atuando. Porque a causa animal, o seu controle populacional é crescente, temos que ter combate nas castrações, na conscientização, no passivo existente, que não é só passar animal de um lado para outro, as doações têm que ter termo de responsabilidade e fazer algo pelo bem-estar animal. Isso já é de longa data, mas achamos que agora podemos evoluir mais, com uma luta maior. E nós estamos aqui na Câmara também para cobrar o que não foi feito. Porque precisamos muito mais, temos 800 vilas, temos empreendimentos, temos legislação. Aprovamos 23 leis, temos uma lei aqui com o presidente que envolve áreas de empreendimentos e que deve ir à votação em breve, e que vai nos aliviar. Porque, às vezes, está saindo um empreendimento, e lá têm animais, e isso tudo é custo para se retirar, é custo para se fazer a castração, para se fazer a doação. Essas são pequenas informações que nós queremos detalhar mais numa reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras e vereadores, público que nos assiste, rapidamente, antes de entrar na Pauta, Presidente, com a sua licença, eu relato que há muitos anos, lá por 1966, ocorreu uma tragédia em Porto Alegre, o Sargento Manoel Raymundo Soares – depois se tornou no famoso caso das mãos amarradas – foi torturado durante mais de cem dias, Ver. Matheus Gomes, numa casa que chamava de "dopinha", fica na Rua Santo Antônio n.º 600, em Porto Alegre, e ali ele foi morto, ele tinha 30 anos de idade. A sua viúva, uma moça de 29 anos – da tua idade Matheus –, era perseguida por todos os lados, pela ditadura militar, todos os órgãos policiais e parapoliciais, um casal, com extrema coragem e empatia, se colocando no lugar daquela jovem, a acolheu e a protegeu durante três meses na casa dos pais de um dos membros do casal. Eu fui colega, nesta Casa, do Dilamar Machado, que dá nome ao nosso Salão Nobre, foi ele e a dona Leia, esposa dele, que acolheram a viúva do Sargento Manoel Raymundo Soares. Eu quero fazer esse registro nesta Casa, na tribuna, Sr. Presidente, porque está conosco o André Machado, filho do Dilamar Machado e da Léia Machado. Para mim, essa história

me toca muito desde sempre, e o tema que eu vim falar em Pauta é exatamente um projeto que vem do Executivo Municipal, Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, da Secretaria de Habitação e também do Departamento Municipal de Habitação, cujo titular é o Dr. André Machado, que institui a possibilidade de que o bônus moradia possa ser – vou usar uma expressão que não é legal, não é da lei – juntado com outros para que, nessa unidade, nessa união, nessa junção de valores do bônus moradia – o ideal, André Machado, é que o valor fosse maior – possa ser unificado para compra de outro imóvel de maior valor. Esse é um grande avanço, Presidente. Um dos problemas históricos da nossa cidade, como de resto do País, é a moradia. A moradia, Ver.^a Laura Sito, que, para mim, impõe, inclusive, um conceito: quando morar é um privilégio, ocupar é um direito. Então tudo que tratar da moradia, e esse projeto trata e trata bem, secretário André Machado, tudo que favorecer o povo no seu direito constitucional de poder morar, vai receber nosso apoio. Então, receba V. Exa. os nossos parabéns junto com o Ver. João Carlos Nedel, grande colega e amigo, que trabalha com V. Exa. agora na Secretaria de Habitação.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Ver. Pedro Ruas, V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre colega Ver. Pedro Ruas, nosso líder da oposição, eu queria não só parabenizar pela sua referência, ora trazida aqui, ao Ver. Nedel, sempre vereador, hoje está assessorando um grande amigo nosso, que é secretário do município de Porto Alegre, mais precisamente do DEMHAB, e que precisa, claro, da nossa sensibilidade. Primeiro, com relação ao Plano Plurianual, nós sabemos que a questão da regularização fundiária em Porto Alegre é um tema que envolve mais de 700 comunidades. É preciso ter muito recurso para fazer o mínimo, portanto terá sempre, Ver. Cecchim, a nossa sensibilidade. Porque essa questão da exclusão social, quem é do interior sabe muito bem disso, êxodo rural trouxe para capital milhares e milhares de famílias, que foram se estabelecendo na periferia da cidade. Muitas áreas públicas, muitas privadas, e é preciso de os governos trabalharem muito nessa questão. Porque, caso não trabalhem, obviamente estão se estabelecendo em área de risco. Às vezes, tem que fazer o deslocamento até mesmo para construir uma via da cidade, é o caso do bônus moradia. Todos os governos têm que ter essa prerrogativa de poder ter o bônus moradia para poder, enquanto sai um projeto de lei, dizer àquela família que ela não ficará desobrigada, ela terá o apoio do poder público colocando-a em outro lugar, até melhor, muitas vezes, de onde ela está. Portanto muito boa a sua referência, sempre o apoio da nossa bancada nesse sentido. E ao nosso querido hoje o secretário do DEMHAB, e suplente de vereador, obviamente, terá oportunidade de vir aqui conversar conosco e debater o que é importante para cidade. Muito obrigado, parabéns.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Pedro Ruas. Imagina minha alegria em ouvir e assistir V. Exa., líder da oposição, e o Ver. Oliboni, vice-líder da oposição, na presença do secretário André Machado esse tipo de posicionamento. Quando o projeto é

bom e, principalmente, nesse caso é direcionado a pessoas que precisam, não dá nem que mais precisam, precisam, V. Exa., como líder da posição e o Oliboni estão aqui para dizer: sigam a adiante, esse projeto é bom. Muito obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Ver. Idenir Cecchim. Cumprimento mais uma vez o secretário André Machado, sintam-se em casa nesta Casa do Povo, e agradeço ao Presidente Márcio Bins Ely.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Pedro Ruas. A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e a todas, subo a esta tribuna para discutir o projeto que está em Pauta, que trata da possibilidade de somar os bônus moradia. Esse é um projeto que vem sendo articulado através da Secretaria de Habitação, e para nós que estamos numa mesa de negociação em relação à remoção da Casa da Mãe Sandra de Bará, foi um caminho que a gente encontrou no meio de um processo de reintegração de posse em que o mandato já está na mão do oficial de justiça. Então é todo o exercício de evitar o desalojo, evitar o despejo, evitar o aluguel social e garantir a cidadania e a dignidade e o respeito à tradição de matriz africana. Porque dentro daquele território da Medianeira está assentado um Bará, que é um Orixá dos caminhos do cruzeiro, da mudança, e a Mãe Sandra e toda a sua ancestralidade não gostariam de sair do bairro da Medianeira. A história de Porto Alegre é uma história de remoções, é uma história de tirar o povo pobre, o povo negro, da Cidade Baixa, do Mont'Serrat, manda lá para a Restinga, mandar lá para Lomba do Pinheiro, lá para comunidade da Vila Mapa. A gente perde as nossas raízes, a gente perde o acesso à cidade, a gente tem depois mais dificuldade para conseguir acessar o Centro, os equipamentos públicos de maior qualidade que se localizam no Centro. Então, essa lógica de desenvolvimento e de progresso para “meia dúzia”, ou melhor, para quem tem dinheiro, para nós não nos representa. Não é isso que a comunidade da Cruzeiro quer, não é isso que as comunidades da Lomba do Pinheiro, da Restinga, do Rincão querem, enfim, diversas comunidades que podem ser impactadas de forma positiva, porque esse projeto vai permitir que as pessoas tenham até – não tem limite, não é, André? – a condição dos bônus-moradia. Antigamente, apenas com dois, como a lei permitia, tu não conseguias acessar um imóvel numa zona, por exemplo, como a Medianeira, que vai ser valorizada por causa da rótula da Copa. Isso vai permitir que as pessoas permaneçam dentro dos seus territórios de origem, isso é trabalhar com dignidade, isso é dar perspectiva de que o progresso e o desenvolvimento vão beneficiar a comunidade que estava ali anteriormente. Para nós, hoje, na Pauta, esse é o principal projeto de discussão que o governo traz para esta Casa, vai ajudar a acelerar essas discussões que estão acontecendo hoje na cidade, de para onde as famílias vão, quais são as condições de as pessoas adquirirem seus imóveis, de não serem despejadas,

desalojadas. Para nós, esse é um movimento muito importante, porque é uma casa tradicional, é a última casa a ser removida para dar continuidade às obras da Copa, aquela rótula que vai ser construída está desde 2014, diversas famílias foram desalojadas, diversas pessoas receberam aluguel social, depois o aluguel social atrasou e, para nós, a Casa da Mãe Sandra vai se transformar num símbolo de que é possível, sim, de que é viável a gente conseguir organizar a cidade para que o povo tenha acesso a ela.

Quero saudar a iniciativa dessa articulação que permitiu esse projeto que está na Pauta, e também saudar todos os vereadores que vão estar comprometidos com essa lógica de progresso e desenvolvimento que inclui, que respeita, que tem tempo para permitir que as coisas aconteçam de uma forma humana, de uma forma democrática. Era essa a nossa contribuição.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para a Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) Trinta e um Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 16h37min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 198/21 – (Proc. nº 0681/21 – Ver. Cassiá Carpes) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “ao pedido das associações empresariais ligadas aos setores de hotéis, bares e restaurantes para que Governo Federal volte da adoção do horário de verão”. (SEI 023.00011/2021-18)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento nº 198/21. (Pausa.) O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Presidente Cecchim, obrigado. É uma moção simples, mas ela tem o objetivo de fazer voltar o horário de verão, uma reivindicação devido às circunstâncias neste momento de falta de energia elétrica. Nossos rios, em alguns estados, em algumas regiões, estão com contingente muito baixo, temos regiões fortes, como a do Sudeste, que está passando uma crise de energia, uma seca muito grande. Confesso que eu gosto do horário de verão, tem mais tempo, mas não é por isso; se trata de uma questão momentânea: a falta de energia elétrica, falta de água. Nós temos aqui um potencial enorme com as nossas barragens, as nossas hidrelétricas são movidas à água e, devido a essa excepcionalidade – esse é o termo certo –, nós estamos solicitando essa moção de apoio ao governo, devido à nossa indústria, ao nosso comércio. Num País continental como o nosso, vocês sabem, numa região é uma coisa, noutra, é outra; aqui mesmo, no nosso Estado, estamos passando por uma seca, a nossa produção agrícola está precisando de chuva. Entendemos que neste momento esse é o objetivo da moção: a compreensão dos senhores pela excepcionalidade do momento. Pode algum dos senhores até não gostarem, não serem a favor, mas eu entendo que a excepcionalidade, devido a essa crise energética, principalmente devido à seca em algumas regiões, nos possibilita esse problema, isso não é de agora, o Brasil é um continente, uma região é uma coisa, outra é diferente. Ontem estávamos vendo as queimadas em todo mundo, devido a vários aspectos, mas esse é um deles. No Mato Grosso estamos enfrentando uma seca danada, está queimando sozinho. Na realidade, esse é o objetivo, a questão do meio ambiente, da nossa indústria, do comércio. Ver. Oliboni, que nós possamos, na excepcionalidade, aprovar esta moção como uma forma de nos expor, de nos posicionar em relação ao momento dessa crise energética do País.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Cassiá, colega vereador. Queria parabenizá-lo pela iniciativa, acho que é um momento muito óbvio, o governo tem que se sensibilizar para isso. O horário de verão traz uma economia enorme não só em termos financeiros para o País, mas dialoga com as questões regionais, como V. Exa. está falando; às vezes, também com a questão da segurança, 18h já é noite, poderia estar claro e as pessoas terem mais segurança para chegar em casa, o transporte público, uma série de questões que, na verdade, V. Exa. acaba de pautar aqui. Queria parabenizá-lo pela iniciativa, terá o apoio da nossa bancada.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Ver. Aldacir Oliboni. Fui sucinto, claro e objetivo: nós estamos propondo uma moção de apoio à volta, momentaneamente, pela excepcionalidade do País, numa crise energética que pode prejudicar nossa indústria, nosso campo, enfim, nesse sentido peço a compreensão e colaboração dos colegas para que nós possamos enviar essa moção de apoio para a volta do horário de verão. Obrigado

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 198/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Na verdade, o Ver. Cassiá – temos uma relação de muito respeito – é um vereador muito preocupado com causas sociais e sempre atento aos problemas do País. Creio que essa sua moção, Ver. Cassiá, é importante e vai contar com o apoio da bancada do PSOL. Pedi a palavra para informar ao público e ao senhor, especificamente, essa nossa posição, para parabenizá-lo e acompanhar a sua proposição na votação. Muito obrigado, Ver. Cassiá e demais vereadores e vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 198/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa tarde a todas e a todos os colegas presentes nesta Casa, vereadoras, vereadores, demais servidores e servidoras, também a todos que nos assistem pelas redes sociais da nossa querida Câmara de Vereadores. Venho até esta tribuna para encaminhar favoravelmente esse requerimento, em nome da bancada do PT – Ver.^a Laura Sito, Ver. Aldacir Oliboni e Ver. Leonel Radde. Conversávamos anteriormente que tragédia foi o fim do horário de verão, Ver. Cassiá. Os esculhambadores da Nação tiraram o horário de verão, que permitia economia de energia e criação de milhares e milhares de postos de emprego no ramo de lazer, entretenimento, restaurantes, bares. Aqueles todos amontoados com o bolsonarismo seguem esculhambando a nação, porque eles negociam propina. Mas, agora, eu vejo que há um movimento diferente, muitos estão abandonando essas pautas, estão saindo fora. E eu fico muito feliz de ver, nesta Câmara de Vereadores, uma moção a favor dos trabalhadores e das trabalhadoras, é isso o que diz essa Moção. Por isso o PT está junto neste requerimento, porque é um requerimento a favor de quem trabalha, a favor de quem produz. Quem terminou com o horário de verão é a favor da esculhambação, é a favor do negacionismo, a favor de negar a ciência. Por isso, temos milhares e milhares de mortos! Eles não se preocupam em gerar empregos, não se preocupam com quem produz, com a trabalhadora, com o trabalhador, com quem labuta. Por isso a aprovação dessa moção é fundamental; ela começa a mostrar um outro tom dos políticos com a sociedade. A sociedade sofre muito, e os políticos, muitas vezes, lavam as mãos. Esses que estão no barquinho do Bolsonaro lavam as mãos para a falta de leitos nos hospitais, lavam as mãos para a falta de vagas nas escolas de Educação Infantil. Porto Alegre, Ver.^a Lourdes, tem um déficit de 5.000 vagas! Tem um Plano Nacional de Educação, tem um Plano Municipal de Educação, tem um Plano Estadual de Educação para os quais os políticos não dão bola! Mas eu fico feliz, porque agora a gente vê o seguinte, olhem o que diz a moção: “Moção de solidariedade em apoio ao pedido das associações empresariais, ligadas aos setores de hotéis, bares e restaurantes, para que o governo

federal volte a adoção do horário de verão”. Na verdade, é para que o governo federal volte a respeitar quem produz nesse País; que o governo federal volte a trabalhar pelo povo; que o governo federal pare de brincadeiras em *lives*, que é só o que a gente vê esse Bolsonaro fazer, dando tiro no pé, toda hora, dele mesmo. Até vou dar uma dica para o Bobadra, que representa o bolsonarismo aqui na Câmara: parem de soterrar a economia, parem de desgraçar a vida dos porto-alegrenses, deixem as pessoas trabalharem nos bares, restaurantes, hotéis, retomem o horário de verão; é criação de emprego real. Eu fico estupefato com a falta de capacidade de se colocar no lugar do outro. Por isso essa moção, na verdade, vem nesse caminho, Ver. Cecchim, de se colocar no lugar do outro. Fazem debates inúteis, no Congresso Nacional, e quem sofre... Sabe quem sofre? Quem sofrem são as periferias que precisam desses empregos, precisam desses trabalhos. A economia arrasada, e eles brincando de mudança de horário de verão. Por isso tem que retomar, somos favoráveis, o PT é a favor do emprego, a favor do trabalho e da renda; onde tiver emprego, trabalho e renda, estará o partido das trabalhadoras e dos trabalhadores. Somos favoráveis ao retorno do horário de verão e somos, sim, contrários às medidas horrorosas do bolsonarismo estúpido, negacionista e destruidor da economia nacional. Semana passada saíram os dados de março do ano passado para cá, e nós aumentamos 2 milhões de desempregados! Nunca antes, em um ano, se conseguiu tanta desgraça, e aí negam o auxílio emergencial de R\$ 600,00 para quem precisa. Então, pelo menos, voltem com o horário de verão para gerar emprego, para se garantir renda em Porto Alegre. Parabéns aos que lutam pelos trabalhadores, um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento nº 198/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, nós temos a homenagem que vai ocorrer na próxima segunda-feira, então nós temos um requerimento que tem que ser votado, embora não conste da priorização. É o Requerimento nº 172/21, de autoria do Ver. Matheus Gomes, que requer seja o período de comunicações do dia 9 de agosto destinado a assinalar o transcurso dos 43 anos do Movimento Negro Unificado. Eu pediria, Sr. Presidente, que o senhor colocasse em votação a inclusão desse requerimento na priorização de hoje.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Esta presidência faz um requerimento, solicitando a inclusão do Requerimento nº 172/21 na priorização da Ordem do Dia da presente sessão. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 172/21 – (Proc. nº 0215/21 – Ver. Matheus Gomes) – requer seja o período de Comunicações do dia 9 de agosto destinado a assinalar o transcurso dos 43 anos do Movimento Negro Unificado – MNU. **(SEI 217.00067/2021-32)**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento Nº 172/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Da mesma forma, Sr. Presidente, temos o Requerimento nº 188/21 – item 5 da priorização –, de autoria do Ver. Kaká D'Avila, que requer que o período de comunicações, no dia 6 de setembro, seja destinado a homenagear a Faculdade e Escola Técnica Alcides Maia, pelos serviços prestados ao nosso Município. Eu pediria, Sr. Presidente, que o senhor colocasse em votação a inversão da ordem da priorização, para que possamos votar esse requerimento agora.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem de priorização de votação, para que o Requerimento nº 188/21 seja próxima matéria a ser apreciada na Ordem do Dia de hoje. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 188/21 – (Proc. nº 0622/21 – Ver. Kaká D'Ávila) – requer seja o período de Comunicações do dia 06 de setembro destinado a homenagear a Faculdade e Escola Técnica Alcides Maya, pelo excelente serviço prestado em nosso Município. **(SEI 219.00063/2021-52)**

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento Nº 188/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0339/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 005/21, que institui o Programa Municipal de Microcrédito, altera a Lei nº 12.744, de 6 de novembro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021, altera a Lei nº 12.297, de 4 de setembro de 2017 que institui o Plano Plurianual 2018-2021. (SEI 118.00112/2021-77)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores – art. 53, *caput*, e art. 82, *caput*, da LOM;
- o Projeto será votado com as Emendas com Parecer pela aprovação, nos termos do art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- para a votação em separado de Emenda com Parecer pela aprovação ou rejeição, será necessário requerimento subscrito por um terço dos membros da Casa – art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- durante a Ordem do Dia não serão admitidas emendas (art. 120, § 2º, do Regimento);
- incluído na Ordem do Dia em 02-08-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLE nº 005/21. (Pausa.) A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLE nº 005/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Sr. Presidente, voltamos, então, à ordem da priorização. (Procede à leitura da priorização.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, diretor. Em discussão o PLE nº 005/21. (Pausa.) A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, colegas, extremamente pertinente essa discussão, uma discussão que o nosso campo político já traz desde o período eleitoral, como forma de debate, sobre a crise econômica que atinge o Brasil e que é resultado da desigualdade das políticas de austeridade que têm sido implementadas no nosso País, no último período, e que não induzem o País e nem os municípios ao desenvolvimento e tampouco criam oportunidades. A pandemia agravou esse cenário e também iluminou o debate público em aspectos bastante importantes, como a retomada do crescimento e do enfrentamento à pobreza. O enfrentamento à desigualdade depende da ação e da indução do poder público, portanto, ele precisa se colocar como responsável em oferecer alternativas à crise. O Brasil é o décimo País mais desigual do mundo, aqui se concentra renda em 1% da população, que são os mais

ricos, sendo que Porto Alegre é a cidade que registra a maior desigualdade no Sul do nosso País. É importante que a gente saliente isso neste debate. Essa desigualdade também tem cor; segundo o IBGE, 76% dos mais pobres no Brasil são negros. A população que representa quase 40% dos porto-alegrenses estão nas periferias, estão distantes dos centros financeiros da nossa cidade. Por isso, o povo negro e todos e todas que empreendem com poucos recursos, nas periferias, percorrem um caminho mais tortuoso no enfrentamento à crise em que nós vivemos, o que faz com que a concretização das suas iniciativas sejam menos frequentes. A gente vem fazendo esse debate há bastante tempo na cidade. Nós acreditamos que apenas sairemos da crise se nós olharmos e dermos as condições aos mais pobres e aos pequenos negócios, em especial aqueles da periferia, aqueles que hoje não contam com o apoio do poder público, pois este poder concentra sua priorização naqueles que mais tem. Foram esses, em especial, os beneficiados recentemente pelo RecuperaPOA. E nós acreditamos que Porto Alegre precisa enfrentar essa lógica que está posta. Por isso nós entendemos que o microcrédito é uma ferramenta importante para promover o desenvolvimento na cidade, para viabilizar que pequenos empreendimentos e negócios locais, especialmente na periferia, possam prosperar. Essa foi uma pauta que nós levantamos, desde o período eleitoral, como eu falei anteriormente, onde, muitas vezes, se faz uma falsa dicotomia sobre aqueles que defendem os empreendimentos na cidade e aqueles que defendem uma agenda econômica de avanços. Nós defendemos uma agenda que promova a igualdade. É isso que está posto para nós. E é exatamente por isso que nós acreditamos que a proposta apresentada pelo Poder Executivo não é a ideal, mas é um passo que pode nos ajudar a debater o desenvolvimento na cidade, especialmente para a periferia de Porto Alegre. Por isso que nós estamos apresentando, caros colegas, algumas emendas. Uma delas é sobre o impedimento de empreendedores que estão em débito com a Prefeitura, pois mais de 100 mil empresas encerraram suas atividades, durante a pandemia, e a maioria era de micro e pequenas empresas, como bares e restaurantes. Então, se tantos fecharam, outros estão em situação de socorro. A nossa emenda faz uma proposta de um recorte, para que o projeto possa contemplar quem contraiu dívidas a partir de março de 2020, exatamente, no período mais duro da pandemia. A nossa segunda emenda vai falar sobre a questão da retomada das atividades na cidade, e nós acreditamos que deva priorizar a retomada pela periferia. Então, nós acreditamos que é preciso que iniciativas de jovens, mulheres e negros tenham uma prioridade no projeto do microcrédito, visto que foram estes os grupos mais prejudicados na pandemia, como é possível ver em diversas pesquisas, diversas indicações sociais, e também porque são os que mais empreendem, isso é fundamental. Às vezes, a gente debate o tema do microcrédito sem o conjunto de dados, em relação a quem se movimenta nas nossas cidades. Porém, são grupos que têm uma dificuldade imensa em adquirir crédito por conta dos critérios que, muitas vezes, são subjetivos. Com isso, é possível que nós possamos criar emprego e renda dentro das comunidades, e nós acreditamos que isso é fundamental para enfrentar as desigualdades em Porto Alegre, enfrentar a crise e promover uma condição mais digna no desenvolvimento das nossas regiões de periferia que estão em situação de abandono, de insegurança alimentar. Apesar de ter sido feita

aqui, acredito, uma piada em relação à fila do osso, é uma situação perversa, triste, algo perverso que nós vivemos no dia de hoje, resultado da fome e do desemprego. Então, nós precisamos criar mecanismos, para o poder público, de enfrentamento às desigualdades. Nós acreditamos que o debate do microcrédito é, sim, um caminho, nesse sentido, e nós acreditamos que, com nossas emendas, nós temos como ter um projeto que, de fato, auxilie nesse processo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLE n 005/21.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde todos e todas, eu subo a esta tribuna para trazer algumas considerações em relação a este projeto que nos preocupa. É um projeto necessário para retomada econômica do Município, Porto Alegre é uma cidade que sobrevive basicamente de serviços. Se a gente for pegar o comércio, varejo, o Centro de Porto Alegre teve um impacto brutal devido à questão da pandemia. Também, os serviços públicos, o ataque aos planos de carreira no Município, no Estado, os planos de ataque às carreiras federais; a segunda maior categoria de trabalhadores do Município é composta por servidores públicos, e isso vai ter um impacto também no poder de compra e conseqüentemente na economia da nossa cidade. Então, ter uma alternativa para essa situação de crise é importante para incentivar que as pessoas, sobretudo o nosso povo batalhador, os micro e pequenos empresários, consigam ter capital e consigam, de certa forma, tentar se restabelecer nesta reabertura planejada. Ao mesmo tempo, preocupa-nos que o projeto, da forma como está colocado, não tem uma perspectiva de juros para esses empréstimos que vão ser tomados. Então, de uma forma mais reta, é dinheiro público indo para os bancos sem ter uma perspectiva de quais serão os juros em cima desses recursos que vão ser aportados, esses empréstimos, esses créditos que vão ser consignados. Então, preocupa-nos essa questão, porque os cofres públicos... E a gente tem toda essa discussão da crise, da necessidade de a gente rever as contas públicas. O que garante hoje a vida no Município são os impostos, é a arrecadação, e a gente simplesmente transferir recurso público para o setor financeiro... não tem nada de novo nisso, não tem nenhuma saída radical, nenhuma saída que, a médio prazo, vá conseguir resolver essa situação que, por um lado, é o desmonte do Estado e, por outro, é a criação de empregos e postos de trabalho – e aí a gente inclui empreendedores periféricos numa condição de cada vez menos valor, força de trabalho cada vez menos valorizada e com muita dificuldade de conseguir competir, com muita dificuldade de conseguir ter escala, com muita dificuldade de conseguir se estabelecer, ao mesmo tempo em que tem todo esse incentivo aí para os grandes negócios, para os grandes monopólios se instaurarem na nossa cidade. Assim, então, é dentro desse contexto que a gente tem que debater essa política de crédito para que simplesmente não haja essa transferência dos juros de recurso público para o setor financeiro, nisso nós temos desacordo. Em relação à cota para as mulheres, cota para

negros e negras é óbvio que nós somos a favor, mas o que nos preocupa, justamente, é essa lógica de desmonte do Estado e de boa parte do nosso orçamento ser oriundo dos impostos. Se tu pegares recurso que deveria ser investido em assistência, educação, cesta básica, transporte, para dar para banco, não tem nada de equitativo, não tem nada de progressista nisso. Então, eu me inscrevi para encaminhar, enquanto bancada do PSOL, e é uma fala de muito mais dúvidas, considerações, porque a gente passou correndo pelo ponto do debate, e temos mais dúvidas e considerações do que uma afirmação. Esse projeto é bom, vai garantir crescimento econômico? Não botamos as nossas fichas nisso. Ao mesmo tempo, a gente vai seguir aqui refletindo, junto com a bancada do partido, qual vai ser o nosso posicionamento em relação a este projeto.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 005/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Cecchim; colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde. O PLE nº 005/21 autoriza o governo Municipal a instituir o Programa Municipal de Microcrédito. Demorou, mas chegou – demorou, mas chegou. Quem não conhece alguém que tenha quebrado na pandemia, Ver. Pedro Ruas? Foram muitos pequenos empreendedores, foram muitos empreendedores individuais, desde aquele que vende a sua mercadoriazinha de artesanato, sua arte, sua cultura lá no Brique da Redenção, até aquele cidadão que mora no bairro e tinha um pequeno negócio e que, infelizmente, ninguém mais chegava para comprar sua mercadoria em função do distanciamento, das precauções para não contrair covid. Foi mais de um ano, vai fechar dois anos agora no final do ano, e, até então, o governo federal e o governo estadual não fizeram nada, a não ser o governo estadual que abriu um microcrédito – olha que vergonha – de até R\$ 2 mil para pequenos, médios e grandes empreendedores; R\$ 2 mil a fundo perdido, R\$ 2 mil, lamentável, não é? Nós precisamos criar um mecanismo de poder perceber o quanto é importante para aquele que quebrou ou para aquele individual, que tem uma renda menor, que ele busque o valor do microcrédito para tentar se restabelecer no mercado. Ver. Cecchim, é muito diferente aquele empreendedor individual que vai num *trailer* vender, ou voltar a vender, o seu produto de alimentação, daquele que tem uma fruteira, uma floricultura ou daquele que tem um comércio que também quebrou, principalmente da gastronomia, ramo em que muita gente quebrou! Então, eu queria também pedir a sensibilidade dos colegas vereadores acerca das duas emendas que nós apresentamos. Elas dialogam neste sentido: que se tenham a prioridade com aqueles que, comprovadamente, quebraram, na época da pandemia, e que querem voltar a reabrir o seu negócio, assim como aqueles que, não sendo pequenos empreendedores, mas que também não estão contemplados na lei, como é a questão levantada pelas colegas vereadores, e são da área da cultura, são da juventude e de outros segmentos que são de extrema importância, principalmente os

jovens negros, como a Ver.^a Laura e a Ver.^a Karen levantaram aqui. Se nós observarmos mais de 70% dos desempregados, infelizmente, são pessoas de pele negra. Então, nós temos que ter sensibilidade, neste momento, de poder oportunizar aos empreendedores individuais estarem incluídos neste projeto de lei que está sendo apresentado. Portanto, o projeto de lei é bem-vindo, as emendas também, e pedimos a sensibilidade de todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito que o diretor legislativo proceda aos apregoamentos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 1, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e da Ver.^a Mari Pimentel, ao PLE nº 005/21.

Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e da Ver.^a Mari Pimentel, à Emenda nº 01 ao PLE nº 005/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLE nº 005/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as Emendas nº 2 e nº 3, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, ao PLE nº 005/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 02 e nº 03 ao PLE nº 005/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque as Emendas nº 2 e nº 3 ao PLE nº 005/21.

Apregoo as Emendas nº 4 e nº 5, de autoria dos vereadores de Mateus Gomes e Roberto Robaina, líder da bancada do PSOL, ao PLE nº 005/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Mateus Gomes, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 04 e nº 05 ao PLE nº 005/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Não havendo mais inscritos para discutir, está encerrada a discussão. Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 005/21. Solicito a leitura da referida emenda.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 02 ao PLE nº 005/21.)

Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 005/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitada a Emenda nº 02 ao Projeto nº 005/21.

Solicito que o Diretor Legislativo proceda à leitura da Emenda nº 03, destacada, ao Projeto nº 005/021.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 03, destaca, ao PLE nº 005/21.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 005/21. (Pausa.) A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Caros colegas, como já tinha dito anteriormente, nós entendemos que nossas emendas vêm para colaborar, fazendo com que a proposta apresentada pelo Executivo possa também de fato incidir sobre a promoção da igualdade na nossa cidade, qual seja, no enfrentamento à crise econômica que nós vivemos. A nossa Emenda nº 03, que se refere aos tomadores de débitos e tributos municipais, excetuando-se os originários a partir de março de 2020, visa dialogar com a realidade da cidade, pois trata daqueles ou daquelas que tiveram uma queda financeira, que foram atingidos, economicamente, nos seus empreendimentos, durante a pandemia, de uma forma duríssima, ao longo do ano de 2020. A gente acredita que esse cenário gerado pela pandemia acarretou dificuldades, principalmente, para aqueles pequenos negócios, e se conseguirmos oferecer uma resposta, em agosto de 2021, já é uma resposta tardia. Por isso que nós apresentamos essa emenda, no sentido de incluir esses que geram postos de trabalho, que fazem com que a economia gire no município de Porto Alegre. Então, nós pedimos apoio à nossa emenda, para que possamos colaborar com a melhoria do projeto apresentado pelo Poder Executivo nesta tarde.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 005/21.

(Pausa.) Solicito que o diretor legislativo proceda à chamada nominal para apreciação da Emenda nº 03 ao PLE nº 005/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 25 votos SIM e 09 votos NÃO.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovada a Emenda nº 03 ao PLE nº 005/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Passamos às emendas não destacadas. A próxima emenda a ser apreciada é a Emenda nº 01 e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLE nº 005/21. (Procede à leitura da Emenda nº 01 e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLE nº 005/21.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Esta presidência faz um requerimento solicitando a formação de um bloco de votação composto pela Emenda nº 01 e sua Subemenda nº 01 ao PLE nº 005/21. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o PLE nº 005/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras, vereadores, público que nos assiste; nós temos, em relação às nossas emendas em diversos projetos, uma oposição sistemática do partido NOVO, de S. Exa. Ver. Felipe Camozzato, da Ver.^a Mari Pimentel, sempre acontece isso. Na verdade, nós não entendemos o motivo disso. Eu acho que nós temos que ter um outro semestre, uma outra forma de relacionamento, Ver. Oliboni, aqui no plenário. Eu vi que V. Exa. falava para a Ver.^a Mari Pimentel, e a Ver.^a Laura Sito, exatamente isso também. Essa emenda que o NOVO traz – Emenda e Subemenda nº 01 – exige apenas transparência, Ver. Mauro Pinheiro. Não há como votar, no meu ponto de vista, contra a transparência. Gostaria de fazer essa cobrança, como líder da oposição, em nome do PSOL, do PT e do PCdoB, porque não temos essa mesma compreensão, aspas, do outro lado. A Ver.^a Mari Pimentel ouviu de nós agora, com lealdade, essa explanação. Digo da tribuna que votaremos a favor, encaminhamos a favor da votação da Emenda nº 01 e da Subemenda nº 01, que estão sendo votadas em conjunto, com a observação, com as reticências que fizemos anteriormente, esperando, Ver.^a Mari Pimentel, que se inaugure um novo período nas nossas relações em plenário, porque, às vezes, são questões que eu sei, Ver. Oliboni, que sequer são lidas por alguns setores. O vereador líder do governo, Ver. Cecchim, sabe que essas relações não são simples, não são fáceis nem mesmo dentro da base de apoio do governo. Nós estamos votando a favor, encaminhando a favor desta Emenda nº 01 exatamente para criarmos uma outra dinâmica de plenário, porque nós

reconhecemos, nessa Emenda nº 01, mérito e achamos que o nosso diálogo aqui é necessário e importante para a cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 005/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Muitas vezes, quem tem emprego garantido, como é o caso de muitas e muitos políticos, não se dá conta de quão difícil é para aqueles que estão aí enfrentando a pandemia no dia a dia na rua, como os trabalhadores, as trabalhadoras autônomas, que não têm uma linha de financiamento. Os bancos públicos, como a CAIXA e o Banco do Brasil, foram sequestrados pelo bolsonarismo. Eles já não servem mais, Presidente, à Nação, eles servem agora a interesses escusos. Por isso a importância de o Parlamento Municipal, o Executivo pensarem alternativas concretas, reais para quem mora em Porto Alegre. Não conseguimos dar conta, claro, do Brasil. A nossa seara de debate é o município, e o município tem 1,5 milhão de habitantes. Tem muita gente que sobrevive sozinho, sem ajuda do Estado. Ele procura, Ver. Mauro, a CAIXA, ele procura o Banco do Brasil, até os bancos privados, mas o interesse primeiro dos bancos é lucro, taxa de juro alta. Não é desenvolver a economia, botar dinheiro na mão duma manicure, dum cabeleireiro, dum pipoqueiro, do senhor que, na Redenção, vende seu cachorro-quente, para, no final do mês, poder fazer o chamado rancho. Hoje já não faz mais, hoje não consegue mais. Essa palavra fugiu, sumiu do mapa das trabalhadoras e dos trabalhadores. Hoje as pessoas conseguem garantir o mínimo de subsistência, o mínimo, porque a renda caiu muito, o salário mínimo já não cresce mais acima da inflação. Medidas de incentivo dos governos locais são fundamentais, porque quem faz a cidade são as pessoas, a cidade é feita de pessoas que produzem e constroem cidadania. E fazer o seu trabalho no dia a dia, construir renda com as suas próprias mãos deve ser valorizado pelos agentes públicos. Eu acho fundamental, embora já seja agosto, que o município pense. Quando o PT governou esta cidade, na década de 1990 principalmente, existia uma política forte de incentivo aos pequenos. Nós ficamos felizes que um retorno razoável possa estar acontecendo, porque, se o Presidente não quer fazer política de desenvolvimento de empregos, esse Presidente é inepto, incapaz. É um cidadão que só pensa em fazer *live*, falando bobagem, enquanto o número de desempregados aumentou em dois milhões, nos últimos 14 meses, neste Brasil. É escandaloso! Agora os municípios, os vereadores têm que dar conta disso; as prefeituras, que já têm pouco recurso, já que a União fica com a maior fatia de impostos e não consegue fazer uma política nacional. Era para este chamado Bolsonaro agora, neste momento, estar anunciando uma grande política de incentivo aos trabalhadores deste Brasil. Ele misereia o dinheiro dos impostos, não quer nem dar um auxílio emergencial. O dinheiro que cai na mão do trabalhador gera renda, e ela vai se multiplicando. Na cultura, por exemplo, a cada R\$ 1,00 que tu investes na economia criativa, ele gera R\$ 1,50, ou seja, movimentada a economia. O dinheiro na mão

do pobre, na mão do trabalhador constrói cidadania; dinheiro nas contas bancárias não constrói. Por isso o incentivo a quem trabalha, Ver. Cecchim, é fundamental.

Eu venho encaminhar, em nome da bancada do PT – nosso líder Oliboni, Radde e Laura –, a importância de se ter, de curto, médio e longo prazos, ou seja, de forma permanente, o incentivo a quem trabalha em Porto Alegre. Acho que começa bem, nós estaremos do lado da cidade de Porto Alegre sempre que for necessário, que for fundamental, e contrários sempre àquelas políticas que só gerem enriquecimento, como aquelas que abonam os devedores da Prefeitura, do Estado, enfim. Parabéns, vamos seguir juntos, vamos botar favorável.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 005/21, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente; senhoras e senhores vereadores; Comandante Nádia, encaminhar pelo governo um projeto como este, um feliz projeto encaminhado pelo prefeito Sebastião Melo, fica fácil. Nós temos aqui hoje, eu espero, um projeto votado por unanimidade. Quando o prefeito Melo encaminhou o projeto do microcrédito para a Câmara de Vereadores, ele tinha exatamente a intenção, secretário Cassio, que está aqui nos acompanhado, de ser um projeto para todos, independentemente de partido, independente de situação, de oposição, um projeto para aqueles que precisam de um empurrãozinho, que precisam de uma nova chance, precisam de um pequeno incentivo para recomeçar ou, muitas vezes, para começar um pequeno negócio. Só não vai tirar empresas grandes da recuperação judicial, não vai tirar empresas grandes dos débitos que têm, mas o microcrédito aprovado – e vamos aprovar aqui hoje – vai ajudar muita gente que não tem acesso ao banco, por exemplo, que não tem acesso a pequenos empréstimos, a um pequeno empurrãozinho, como eu disse. É um projeto que diz tudo da alma que o prefeito tem. O prefeito é um prefeito de periferia, é o prefeito daqueles que mais precisam. Eu sempre digo que o Sebastião Melo não é um prefeito populista, ele é um prefeito popular. Popular no verdadeiro sentido, do *populus*, da população que precisa da Prefeitura, do poder público. Cumprimentos àqueles que apresentaram as emendas que foram aprovadas, àqueles que apresentaram e não tiveram a emenda aprovada, mas o projeto em si é um projeto para ser aplaudido e para ser votado por unanimidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 005/21.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Presidente, eu venho aqui em nome da bancada do PCdoB e registro o nosso voto favorável. Mas, para muito além desse voto favorável, eu quero dizer que, em janeiro, nós apresentamos uma emenda, quando foi solicitada a compra da vacina, e essa emenda foi rejeitada. Essa emenda falava justamente disso. Também anterior a esse movimento – quero deixar claro que são sete meses, que é um período muito extenso –, quando foi rejeitada a nossa emenda, fica muito evidente como se organiza essa construção de projeto que fala da geração de renda, de emprego, tudo aquilo que nós já vínhamos há um tempo construindo: o governo rechaça, retira, veta e, depois, apresenta novamente. Seria muito mais eficaz se isso já tivesse sido feito há meses, pois, da mesma forma como outros projetos também já foram questionados e, como alguns vereadores relataram que já haviam perdido a validade, que já não tinham mais porque se apresentar dessa maneira, eu digo: existe a necessidade, sim, porque nós estamos em meio a uma crise econômica, mas, em definitivo, nós poderíamos ter criado esse debate há meses. As pessoas estão passando por uma crise econômica, uma crise social, uma crise na saúde há meses, e só agora o mesmo governo, que refutou a nossa emenda, está trazendo a mesma proposta de volta. E também pensando que já estava no projeto da Manuela d'Ávila, eu faço questão de ressaltar isso por ser da bancada do PCdoB, um projeto sério, que dialogava com a necessidade da cidade, a gente tem que trazer isso como uma pauta essencial aqui. Falar dessa negligência, falar desse descaso diz muito de como a gente está se articulando num momento de empobrecimento da população, num momento em que o governo ataca servidor público, privatiza a rodovia, faz e passa as votações que bem entende daquilo que é da vontade deles, é aquilo que é conivente com esse alinhamento – e novamente eu digo – desse projeto de desconstrução, desse projeto que só acentua a desigualdade, e isso promove uma violência gigantesca na nossa sociedade. A partir do momento em que a gente observa que meses se passaram até que a gente possa estar criando esse debate, porque foi por vontade do governo e não da oposição, a gente compreende muito bem qual é essa relação absurda. Isso é de uma estupidez gigantesca, isso é de uma falta de respeito com a população, mas, enfim, nós, do PCdoB, apesar de todas as críticas - e acho que essas têm que ficar registradas, porque nós temos um projeto para a cidade, porque nós temos respeito e responsabilidade com quem nos colocou aqui – votamos favoravelmente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver. ^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 005/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Boa tarde, Presidente Márcio Bins Ely; boa tarde colegas vereadores, público que nos assiste, sempre bom retornar a esta Casa para trabalhar em prol de Porto Alegre. Parece-me que este é um projeto que unifica a Câmara de Vereadores, pois todos os vereadores aqui entendem a necessidade do microcrédito. Ninguém queria perder emprego, ninguém queria fechar a

sua micro, pequena empresa, porém algumas decisões equivocadas fizeram com que, durante a pandemia, o “fecha tudo” colocasse Porto Alegre exatamente na contramão do empreendedorismo, na contramão do trabalho, porque é o trabalho que dignifica as pessoas. Assistencialismo barato a gente não quer e nem as pessoas querem; as pessoas querem poder trabalhar, mas para isso precisam ter um apoio, nesse caso um apoio financeiro, e vai ser por parte do Município, por parte da Prefeitura Municipal, para que se possa alcançar para essas pessoas que mais necessitam um aporte financeiro entre R\$ 1 mil a R\$ 15 mil, que faria com que as pessoas pudessem abrir o seu pequeno negócio, mais do que isso, com contrapartida. Qual é a contrapartida? Essas pessoas vão ser capacitadas, a fim de fomentar os seus negócios. Não é só dar dinheiro, Ver. Cecchim, para as pessoas, a Prefeitura Municipal quer capacitar as pessoas para que essas pessoas possam, a partir do dinheiro que for emprestado – deixo isso bem claro, esse dinheiro vai ser pago depois pelas pessoas, em alguns meses, sem juros, porque os juros vão ser pagos por parte da Prefeitura –, capitalizar-se a partir do empurrão dado pela Prefeitura Municipal e, com certeza, com apoio de todos os vereadores que aqui estão. O “fecha tudo” não fez bem para ninguém. Aliás estamos, agora, num momento muito feliz, tendo as coisas retornando à sua normalidade, voltando os eventos, abrindo-se academias, negócios, porque a cidade tem pressa, e nós, vereadores, temos que oportunizar a essa cidade aquilo que ela precisa, nesse caso, o microcrédito para pequenos empreendedores, pessoas que perderam seus empregos. Mais do que isso, precisamos fazer com que Porto Alegre retorne a ser uma cidade do desenvolvimento econômico e traga para cá o turismo. Muito obrigada, é "sim".

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o bloco composto pela Emenda nº 01 e pela Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLE nº 005/21. (Pausa.) Solicito que o diretor legislativo proceda à chamada nominal.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 35 votos **SIM**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o bloco composto pela Emenda nº 01 e pela Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, ao PLE nº 005/21. Solicito que o diretor legislativo proceda a leitura da Emenda nº 04 ao PLE nº 005/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 04 ao PLE nº 005/21.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jessé Sangalli, a Emenda nº 04 ao PLE nº 005/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está rejeitada a Emenda nº 04 ao PLE nº 005/21.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim, a Emenda nº 05 ao PLE nº 005/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está rejeitada a Emenda nº 05 ao PLE nº 005/21.

Em votação o PLE nº 005/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLCE nº 005/21.

Aprego o PLL nº 282/21, de autoria do Ver Márcio Bins Ely.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0405/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 005/21, que inclui o § 3º no art. 3º e altera o *caput* do art. 4º da Lei Complementar nº 382, de 24 de julho de 1996, que regulamenta o art. 103, da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. **(Regramento/Audiência Pública) (SEI 118.00120/2021-13)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 02-08-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCE nº 005/21. (Pausa.) Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, colegas vereadores, vereadoras, público que acompanha nossa sessão nesta tarde. O projeto de lei, trazido pelo governo municipal, em tese, reduz o tempo de realização de uma possível audiência pública, sobre um tema que nós podemos pedir a audiência pública. Hoje, o que acontece? Quando debatíamos, aqui na Casa, o Previmpa, e as entidades pediram uma audiência pública, depois de receber e homologar, pela Mesa Diretora, tinha 30 dias para a realização da audiência pública. Não é diferente um projeto do governo para o qual nós podemos pedir uma audiência pública ou por alguma entidade – em 30 dias é obrigado a realização da audiência pública. O projeto do governo, Ver. Mauro, reduz para 15 dias! Para que tanto atropelo? Em 15 dias, eu duvido – nem mesmo a Diretoria Legislativa terá tempo hábil para poder fazer a parte burocrática, interna, da Casa. Eu não sei por que o governo adota uma medida dessas sem discutir com a própria Câmara de Vereadores – reduzir o tempo hábil da audiência pública para 15 dias! Pessoal, nem mesmo a divulgação será suficiente para poder fazer com que as pessoas participem daquele tema que vamos abordar. Então, pessoal, eu pediria para o governo retirar esse projeto de lei – vamos reavaliar melhor! A Câmara tem uma infinidade de audiências públicas que vão começar agora, dia 10, dia 12 – durante o mês, se não me engano, serão seis audiências públicas, mas foram aprovadas muito mais pela Mesa Diretora; agora querem reduzir o tempo! Existem questões, projetos importantes da cidade que não podem ser feitos açodadamente, intempestivamente; é preciso ter respeito com o processo democrático, Ver. Ruas, e consultar as entidades, o povo. Daqui uns dias, vão dizer que tempo vai ser reduzido para oito dias, vão dizer que não tem mais audiência pública. Meu Deus do céu, vamos ter um pouquinho de responsabilidade. Este projeto de lei é muito intempestivo, deslocado para o atual momento; por isso a nossa bancada encaminha contrariamente, mas faz um apelo aqui: governo, retire este projeto, não é o momento; nós temos uma infinidade de audiências públicas para serem realizadas, já encaminhadas, inclusive, e a própria Casa tem dificuldade com o trâmite de 30 dias, imaginem reduzindo para 15 dias. Lamentavelmente, uma posição do governo, sem diálogo com a própria Câmara de Vereadores; portanto, peço que o governo retire o projeto de lei. Esta é a posição do PT! Muito obrigado!

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/21.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente em exercício, Ver. Idenir Cecchim, vereadoras, vereadores, ao início da sessão de hoje me manifestei sobre este projeto, porque o governo tem uma ideia de que é dono da verdade. Então, atropelar é legítimo, porque se alguém conhece a verdade e tudo sabe, se sente no

direito de passar por cima de qualquer regra e qualquer norma, mas isso não é assim. O que ocorre neste caso? Duas mudanças, Ver. Matheus Gomes, muito ruins; a primeira é que limita, em 15 dias, a possibilidade de audiência pública, cujo prazo era de 30 dias; a segunda é que se impede que se peça audiência pública para projetos prioritizados na Ordem do Dia. Ora, mas isso é uma estupidez, com todo respeito – não é possível! Então, o governo realmente não quer que aconteçam as audiências públicas. Seria mais franco se dissesse que não quer mais audiência pública, Ver.^a Daiana, e entrasse com um projeto revogando essa possibilidade, porque, na prática, é o que vai ocorrer. E audiência pública é extremamente necessária para ouvir o povo, é o mínimo de direito que o povo tem, é o mínimo! No mais, é representado – sempre ali pode ser ouvido um pouquinho. O Ver. Oliboni trouxe muito bem os dados aqui, pediu que fosse retirado o projeto. Eu também faço esse pedido, mas não acredito que seja atendido. Acho que nós temos, então, é que votar contra esse projeto e criar mecanismos de antecedermos aos projetos os pedidos de audiência pública; em todos, Ver. Radde, uma atenção redobrada nossa porque a ideia do governo está clara: não quer que haja audiência pública. Então, o que nós podemos fazer? Votar contra o projeto e nos projetos em si, que virão *a posteriori*, exatamente com a nova regra, porque o governo tem maioria para aprovar, ter atenção necessária para pedirmos, de imediato, audiência pública, independentemente do mérito, porque há necessidade, sim, das audiências públicas. E nós não podemos ter esse limite dos 15 dias, concluo por aqui, nem a impossibilidade de pedir audiência pública quando o projeto já estiver prioritizado na Ordem do Dia. Eu respeito – vi que o Ver. Mauro Pinheiro fez um comentário – posições em contrário, por óbvio, mas essa acho que tem que ser nossa linha de atuação – pedir a audiência pública com antecedência porque sabemos que a ideia do governo é que elas não ocorram. Muito obrigado!

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Temos então em pauta mais um projeto antipovo por parte da Prefeitura de Porto Alegre, do prefeito Sebastião Melo. Ele quer reduzir, como já foi bem falado pelo nosso líder Pedro Ruas, pelo líder Oliboni, o prazo para realização de audiências públicas, de 30 para 15 dias, bem como pedir que seja proposta essa iniciativa quando o projeto de lei estiver prioritizado. Eu não sei até onde vai esta pauta antidemocrática do prefeito Sebastião Melo? Essa prática antidemocrática, que para a grande mídia, fala em diálogo, que por trás das câmeras existe um diálogo com a oposição. De fato, somos recebidos por secretários, recebidos pelo próprio prefeito, mas no mundo real, o que temos é um rolo compressor que desconsidera tudo aquilo que foi negociado ou dialogado, de forma republicana, com o

prefeito de Porto Alegre, com sua base governista, aqui na Câmara de Vereadores. Absolutamente nenhum projeto da oposição, do campo democrático, tem qualquer viabilidade de aprovação. Muitas vezes, o projeto da oposição é derrotado para que a situação, a base governista, possa apresentar um projeto muito similar e fazer frente às suas bases eleitorais, com recursos da Prefeitura. Então, é muito desigual o que vem acontecendo na nossa cidade, mas esse caso das audiências públicas, boa parte da população talvez não entenda o problema real disso, e o problema real é justamente a pauta antipovo, como eu já disse, a impossibilidade de debate, a impossibilidade de utilizar esse período para debater com as bases, para debater com a população que será atingida pelas políticas implementadas, a impossibilidade de mobilização das massas trabalhadoras, isso feito de forma subterrânea, de forma escamoteada, dentro dos trâmites legislativos da nossa Câmara Municipal, Eu não sei se teremos, depois desse período que se inicia com o golpe contra a Dilma em 2016, democracia daqui a uns anos, porque, cada vez mais, nós vemos práticas antidemocráticas, práticas que inviabilizam, impossibilitam a população de participar das decisões mais relevantes da política nacional, e cada vez mais vemos práticas violentas, autoritárias, de silenciamento. Aqui nesta Casa nós observamos um silenciamento da oposição e dos partidos de esquerda, na medida em que absolutamente nada, nada como eu já disse, é aprovado, nada vai para frente, nada merece o respeito por parte do nosso prefeito, mas, ao mesmo tempo, ele traz uma lógica de afastamento e de distanciamento do povo dessa Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Muito triste que, mais uma vez, a gente esteja, aqui nesta Casa, debatendo a limitação à participação popular. Eu tenho 29 anos, nasci e cresci nesta cidade, compreendendo Porto Alegre como uma cidade que tinha, na sua identidade, a participação popular, a integração da cidade, debatendo seus temas, a tomada de decisão pela população, pelos seus cidadãos e cidadãs, e o que nós vemos paulatinamente, nos últimos anos, é Porto Alegre cada vez mais encolhendo o espaço de construção da decisão coletiva, do espaço do diálogo, do espaço da discussão, do espaço da participação da população na construção dos rumos da nossa cidade. Nós vemos aqui, paulatinamente, na Câmara, as pautas, vindo e cerceando a capacidade da população de Porto Alegre poder incidir sobre os rumos da cidade que muitos optaram por construir. E isso é plenamente contraditório com o exercício democrático que faz parte da construção histórica da nossa cidade. Eu sou de um partido, represento aqui a bancada do Partido dos Trabalhadores, um partido que imprimiu, em 16 anos, nesta cidade, a marca da participação popular, que fez esta cidade pulsar democracia, que construiu, com todos os seus setores, os rumos da cidade, com alternativas de desenvolvimento, e o que nós vemos aqui, mais uma vez, é a cerceação do espaço

democrático. É importante dizer à base governista que a democracia tem seu tempo, a democracia tem seu custo, e querer encolher ainda mais, nesta cidade já tão encolhida, a sua democracia. É uma afronta aos princípios que fundamentam e constroem a identidade histórica do município de Porto Alegre. É por isso que nós vamos votar contra à proposição. No momento como este em que nós vivemos no Brasil, o que precisamos é de mais democracia, mais debate. A única vez que, às vezes, os setores e a população tem de compreender, na sua totalidade, as proposições que vem para cá são nas audiências públicas, que é quando um secretário ou uma secretária pode comparecer para explicar, que é quando eles têm o seu tempo para isso. O que nós precisamos é ampliar a democracia; não precisamos é reduzir a democracia. Por isso vamos voltar contra a proposição.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/21.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Márcio, demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste; este projeto do Executivo eu não sei se digo que não compreendi o porquê que a oposição diz que tem falta de discussão, de democracia, ou se digo que realmente entendi, porque sei o que a oposição normalmente faz, secretário Cassio, e sei disso porque, na legislatura passada, quando era líder do governo – Ver.^a Nádia e Ver. Cecchim, que são os líderes hoje –, muitas vezes demorávamos para conseguir trazer um projeto do Executivo à votação, projetos importantes para a cidade, e aí aparecia, no dia da votação, um pedido de audiência pública, e um projeto, às vezes, ficava um ou dois anos aqui na Câmara e ninguém pedia audiência pública; mas, no dia de votar o projeto, Ver. Cecchim, aparecia uma entidade para pedir audiência pública e, aí, como o nosso regimento prevê que uma entidade cadastrada no município, que está legalizada, tem o direito de pedir audiência pública, e a Câmara tem a obrigação de fazer, a audiência pública era marcada, isso quando inclusive não se entrava na justiça para impedir a votação de um projeto pela falta de uma audiência pública.

Portanto, este projeto é um projeto que democraticamente não muda nada, porque o direito a fazer audiência pública permanece. O que muda é o momento da democracia. É democrático pedir no início do projeto; ou tem que ser no dia que vai se votar o projeto para postergar o projeto por 30, 40, 50 dias e proibir o processo democrático do voto. A democracia é o processo do voto. A maioria decide. Aqui é o contrário. Este projeto é para melhorar a democracia da votação do projeto, porque se realmente eu quero é a audiência pública e não postergar o projeto, o projeto está tramitando na Câmara, eu peço audiência pública, tem o prazo de sete dias para fazer o edital, 15 dias para se realizar a audiência pública, se realiza a audiência pública e inclusive pode-se fazer um grande debate; se faz o debate, se prepara e se toma conhecimento de um projeto que está tramitando na Casa e ele vem à luz para que as

pessoas possam discutir e conhecer o projeto. Então ele vai ficar mais democrático, porque nós vamos conhecer o projeto antes do dia da votação. Inclusive para alguns projetos aqui pode-se pedir audiência pública, e, como não se tem obrigação de fazer audiência pública antes da votação do projeto, a audiência pública pode ser construída até mesmo depois da votação do projeto. Então já se votou e o debate pouco serve. Então eu vou votar favorável. Tenho certeza de que esse é um projeto que vai somar, é bastante democrático porque vai se fazer audiência pública num prazo anterior, e também não vai se postergar a votação, muitas vezes, de projetos importantes para a cidade que são postergados, e é uma ferramenta de utilização das minorias para impedir a votação de um projeto. A democracia é votar o projeto, e o projeto seguir, porque a maioria dos vereadores, quando vota o projeto favorável ou contra, representa um número maior de pessoas, mas é um direito de todos de dar a sua opinião. Eu dou a minha opinião dizendo que esse projeto é bom, ele não fere o processo democrático, acredito que até melhora a democracia, e assim nós teremos a obrigação de se fazer, quando for questionado, mas num prazo antes do dia da votação, e é exatamente isso que muda, pois, depois de entrar na Ordem do Dia, não será mais uma ferramenta de postergação de votação. Portanto sou favorável ao projeto. Parabéns, Ver. Cecchim, que representa o governo, pela iniciativa. Votaremos favorável e tenho certeza de que nossos vereadores que querem votar e querem a celebração dos projetos e o bem da cidade votarão favorável, porque ultimamente o pedido de audiência pública, após entrar na Ordem do Dia, serve somente para postergar e para impedir a votação de projetos importantes para o desenvolvimento da nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/21.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Presidente, colegas, eu me senti muito contemplada com a fala do nosso líder da oposição, com o Ver. Oliboni, e a Ver.^a Laura também fez questão de citar, e quando a gente faz a avaliação do que está acontecendo aqui, vemos que é parte de um grande retrocesso, é para cercear e limitar a participação popular, é para restringir que quem nos coloca nesse espaço, enquanto representantes do povo, é restringir a vontade do próprio povo de participar de debates fundamentais para a construção e para a efetivação dessas políticas públicas. Não é crível que aceitemos, nesse momento, algo dessa natureza. Não é possível negociar com um período reduzido, não é possível que nós estejamos debatendo algo nessa perspectiva de reduzir um período, sendo que nós deveríamos estar pensando na ampliação, na ampliação do processo democrático, na ampliação do debate, na ampliação da participação popular, e o que se vê aqui é um retrocesso duro, é uma falta de responsabilidade, de respeito com a população, é a negligência dessa ampliação da democracia através da redução desse período. Nós, da Bancada do PCdoB, nos colocamos contra esse encaminhamento.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/21.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Presidente, eu ouvi os argumentos aqui de todos os vereadores, mas eu preciso fazer um alerta aqui neste momento. Nós, da Bancada do PSDB, que somos compreensíveis, agregadores, porque a gente ajuda as pautas da cidade, temos a nossa postura independente e sempre deixamos claro que a coerência é importante para nós. A unanimidade, Presidente, não é muito inteligente, por isso se diz que a unanimidade é burra. A maioria não pode descuidar nunca da democracia e do respeito à democracia. Eu tive inúmeras proposições prejudicadas por causa do grande espaço de tempo, e o Ver. Mauro Pinheiro disse bem, tivemos proposições que já estavam na Ordem do Dia e tiveram pedido de audiências públicas, mas eu nunca deixei de respeitar e de entender a importância das audiências públicas. Foi assim no projeto da desburocratização das podas, foi assim no projeto dos resíduos, foi assim quando V. Exa. presidiu, recentemente, também essas duas últimas que eu falei, dos resíduos, e também da política municipal hidroviária do Guaíba, que além de audiência pública teve reunião pública com a ajuda ainda do então Ver. João Carlos Nedel que estava na Câmara na legislatura passada, e nós só votamos isso agora, no fim, na última sessão antes do recesso.

A Bancada do PSDB, Ver. Ramiro, que defendeu e levantou o projeto do pacote anticorrupção, nunca se furtou de discutir com a sociedade e entende a importância que tem de discutir o seu projeto com a sociedade. O Ver. Gilson Padeiro, com as suas proposições representando o desenvolvimento da Zona Sul, também gosta de fazer o debate às luzes da sociedade. O Ver. Kaká D'Ávila, que defende aí a questão da empregabilidade e renda, também gosta de ter o debate com a sociedade.

Eu vejo com preocupação, gostaria de fazer um apelo ao governo Sebastião Melo, aos colegas que representam a base do governo na Câmara, porque 15 dias me parece inexecutável. Eu assisti o esforço da diretoria legislativa desta Casa tentando ajudar vários colegas, inclusive a mim, e, entre edital, publicação e veículos de imprensa, não se conseguia fazer em 15 dias. Então, alto lá! Acredito que temos de ter um pouco de equilíbrio nessa discussão. Eu gostaria, não fiz essa discussão ainda, não perguntei tecnicamente, Presidente, à diretoria legislativa, se isso é executável ou não. Gostaria de não ter que votar esta pauta hoje no dia de hoje, porque acho, vamos dizer assim, inexecutável o prazo proposto de 15 dias. Claro que não pode ser *ad aeternum*, como o Ver. Mauro Pinheiro deixou muito claro, de fazer pedidos que atrasem de uma legislatura para a outra. Agora, eu tenho muito receio, porque quando se transformam em bolas de neve... Inclusive os atropelos acontecem entre colegas, aqui no Legislativo. Então, por parte da Bancada do PSDB que é respeitosa, coletivista, que é propositiva, que gosta de ajudar a todos, eu gostaria de fazer esse apelo para nós tirarmos o pé do

acelerador um pouco para poder fazer esse diálogo com mais equilíbrio e mais sapiência. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): São 18h42min e nós temos que vir até a tribuna para lamentar o governo municipal. O governo poderia estar trabalhando a favor da cidade, mas, não; trabalho não é atacar a população, atacar a democracia, atacar quem trabalha, não é colocar aqui o fim do debate, o fim da discussão; acelera tudo, como se a Câmara fosse um puxadinho da Prefeitura. A Câmara não é um puxadinho da Prefeitura, Sebastião Melo. Ela não é! Esta Câmara não há de se agachar para o seu governo. Ela tem autonomia. Os 36 aqui foram eleitos pelo voto direto do povo; ninguém votou num “chapão do Melo”; respeite a democracia, respeite esta Casa, respeite o povo que quer audiências públicas num tempo razoável. Não é como o senhor quer! Não é como o senhor pensa que vai ser esta Câmara. O senhor pode aqui conseguir os seus votos de governistas, nos acordos que vocês têm, agora, a democracia, vocês não vão destruir, vocês não vão destruir com o poder do povo. Esses dias eu vi aí até, no Facebook, uma certa parlamentar dizendo que o poder emana do povo. Nisto eu concordei com ela. É verdade! Emana do povo, mas o governo dela agora quer derrotar o povo na Câmara mudando a legislação da audiência pública. Então o poder emana do povo só no Facebook dela, só no WhatsApp dela. Agora, na tribuna, não, na tribuna é lei no lombo do povo, o povo não pode discutir. O único lugar que o povo vem com a sua representação direta, que tem espaço para usar esta tribuna é na audiência pública. Agora não, o Melo diz: acelera tudo! Povo não? O povo que se lasque! Fez eu lembrar daquele personagem pitoresco da literatura brasileira, dos Anais da comédia. O povo que se lasque, o povo que se adiante, o povo que se acelere, porque nós ligamos a patrula governista do Executivo para atropelar o povo. É isso Ver, Ruas, que eles querem fazer. Eles não querem que o povo de basta. Sabem por quê? Porque, na cabeça deles, o povo não trabalha. Na cabeça deles, o povo não está agora, nas paradas de ônibus, indo para casa. Na cabeça deles, o povo está acompanhando os protocolos da Câmara de Vereadores, dos projetos que são protocolados a toda hora. Na cabeça deles, o trabalhador tem que dormir meia-noite, uma hora da madrugada e levantar às 5h. Na cabeça deles, o trabalhador, cidadão de Porto Alegre, está 24 horas acompanhando o protocolo da Câmara de Vereadores e sabe tudo que é protocolado aqui. Que vexame, Sebastião! Tu, que dizias defender a democracia, a participação, o diálogo, protocolar aqui essa infâmia. É uma infâmia o que foi protocolado, é a destruição do mínimo processo de voz do povo. Mas eu me pergunto, por que tanto medo das audiências públicas? Por que tanto medo de ouvir a população da Restinga, do Sarandi, do Belém Novo, da Lomba do Pinheiro? Por que essa reclusão nessa redoma chamada Executivo? Vocês estão se fechando para Porto Alegre. Está saindo

daqui hoje a verdade; o que vocês fizeram foi estelionato eleitoral. Vocês disseram que iam fazer Porto Alegre diferente, diferente do Marchezan. Está pior do que antes! Estão conseguindo se superar contra a democracia! Até o Moisés, emissário do governo anterior, vir aqui dizer que 15 dias não é possível, o PSDB que não debatia com a cidade, com os servidores, com os moradores. Então vocês vejam a modulação que o Melo deu. O Melo de 2016 era outro, o Melo de 2021, que assumiu, está com a chave do Paço na mão, é o Melo contra a democracia, contra a participação e discussão coletiva. É o Melo aceleradinho, bem aceleradinho, mas para muita coisa é Rubinho, para muita coisa ele não é Ayrton Senna! É isso que eu lamento, porque, para o desemprego nesta cidade, ele não olha, isso ele não acelera. O microcrédito tivemos que votar só hoje, sete meses depois, para isso ele não é acelerado. Agora, para acabar com a participação do povo de Porto Alegre, eles são bem rapidinhos. Só que nós não vamos nos calar! Nós queremos mais democracia, mais participação, mais povo nessa Casa!

Para concluir, nós vamos, sim, conversar com a população, porque é o povo que tem que dizer para nós, e não é aceleradamente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Gostaria de agradecer à liderança da oposição e do governo para que possamos fazer duas sessões extraordinárias para correr a Pauta.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão. De imediato, convoco as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores para a 015ª Sessão Extraordinária a ser realizada logo a seguir.

(Encerra-se a sessão às 18h48min)

* * * * *